



**PROGRAMA DE DOUTORADO MULTI-INSTITUCIONAL E MULTIDISCIPLINAR
EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA – LNCC/MCT
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UEB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC**

FLORIANO BARBOZA SILVA

**ECONOMIA CRIATIVA: RAÍZES HISTÓRICAS NO PENSAMENTO E
AÇÃO DE CELSO FURTADO**

Salvador
2018

FLORIANO BARBOZA SILVA

**ECONOMIA CRIATIVA: RAÍZES HISTÓRICAS NO PENSAMENTO E
AÇÃO DE CELSO FURTADO.**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UFBA) – Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – DMMDC (UFBA / LNCC / UNEB /UEFS / IFBA / SENAI-CIMATEC), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Difusão do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Corrêa Marques
Coorientadora: Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Salvador
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Silva, Floriano Barboza.

Economia criativa : raízes históricas no pensamento e ação de Celso Furtado / Floriano Barboza Silva. - 2018.

110 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Inês Corrêa Marques.

Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Economia criativa. 2. História econômica. 3. Furtado, Celso - 1920-2004. I. Marques, Maria Inês Corrêa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. III. Título.

CDD 338.9 - 23. ed.

FLORIANO BARBOZA SILVA

**ECONOMIA CRIATIVA: RAÍZES HISTÓRICAS NO PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Difusão do Conhecimento, Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, UFBA, LNCC, UNEB, UEFS, IFBA e SENAI-CIMATEC.

Aprovada em 21 de junho de 2018.

Maria Inês Corrêa Marques – Orientadora _____
Doutora em Educação pela, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Tânia Moura Benevides – Coorientadora _____
Doutora em Administração, pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Dante Augusto Galeffi _____
Doutor em Educação, pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Teresinha Fróes Burnham _____
Doutora em Filosofia, pela University of Southampton, Southampton, Inglaterra
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

João Marcelo Pitiá Barreto _____
Doutor em Administração, pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Nasci em uma cidadezinha pequena do Estado de Alagoas, em Feira Grande, sendo o vigésimo primeiro filho de meus pais, aprendi desde cedo a importância de lutar por uma vida melhor e pelos meus ideais, mesmo sendo pessoas que não tiveram acesso à educação, Odorila e João sempre nos direcionava, a mim e aos meus irmãos, destacando que o caminho para a realização é a EDUCAÇÃO.

Obrigado e saudades eternas! Dedico a vocês meus pais, Odorila e João.

AGRADECIMENTOS

A DEUS.

A espiritualidade por tantos conselhos e direcionamentos.

Foram muitas as pessoas que contribuíram para que esta tese fosse construída, e eu jamais poderia, mesmo correndo o risco de ser injusto, deixar de agradecer-lhes.

Família Barbosa que foi e sempre será meu alicerce e que tenho como referência de amor e de respeito. Maria Edileusa, Marineide, Maria Pastora, Elisete, Hozana, Lucia, Alaíde, Paulo e Joaquim.

Lisandra e Editânia, pelo carinho e pela torcida sempre.

Ana Cristina Guimarães, amiga querida e companheira cognitiva, meu carinho eterno pelos diálogos, escutas e caminhos que aprendemos juntos.

Zélia Pires minha irmã Paulista que sempre foi generosa e carinhosa comigo.

Marise Sanches pelo carinho e apoio em todos os momentos.

As amigas e companheiras de disciplinas: Patrícia Marins e Claudia Sisan.

Cátia Bonfim, uma irmã e companheira de aprendizagem que Deus me presenteou.

As Secretárias do DMMDC: Beatriz Ferreira Cardoso e Andrea Costa Neiva, pelo carinho e disponibilidade em colaborar sempre.

A todos os professores do DMMDC.

Pela sua luz e caminhos oferecidos, a querida Nádia Maria Cunha de Miranda.

Teresinha Fróes, através de suas aulas e convivência que aprendi a minha vocação para o trabalho de parceria Universidade e Comunidade e pela sua orientação na Qualificação.

A Dante Galeffi, pela importância de suas observações em minha Qualificação e pelo ser humano que transborda conhecimento, e promove sua difusão com respeito, carinho e generosidade aos seus discentes.

A Tania Moura Benevides, pela competência e pelo seu profissionalismo e direcionamento nas considerações na Qualificação.

Ao membro da banca, João Marcelo Pitiá Barreto, pela competência e disponibilidade em contribuir com esse momento especial.

E por fim e de um valor incalculável em minha vida, Professora Maria Inês Correa Marques, por acreditar no meu projeto. Apoiou-me nos bons e maus momentos. Nos momentos muito difíceis, teve serenidade e firmeza para a condução da orientação e construção desta pesquisa.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Celso Furtado (2004. p. 4).

BARBOZA SILVA, Floriano. Economia Criativa: Raízes históricas no pensamento e ação de Celso Furtado. 2018. 110 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador. 2018.

RESUMO

Esta tese tem a obra de Celso Furtado ao centro, com o objetivo geral de demonstrar a aproximação da produção desse autor com a produção acadêmica, científica e política sobre Economia Criativa, no mundo e no Brasil, verificando como essas duas produções convergem e, destacando, os conceitos de criatividade, inovação e desenvolvimento. Para consecução deste objetivo, investigou-se: Qual a contribuição de Celso Furtado para a configuração do conceito de economia criativa? Esta questão de pesquisa desdobrou-se em duas outras, que ajudaram a configurar o roteiro de pesquisa: (1) Onde, através de quem e quando teve início a discussão sobre o conceito e a aplicabilidade da economia criativa no Brasil? (2) Qual a relação dos debates iniciados por Celso Furtado com o desenho de políticas públicas da área no Brasil? Para responder tais questões, realizou-se uma investigação de caráter qualitativo, com recorte temporal e epistemológico da pesquisa histórica e análise cognitiva, abordando-se o contexto histórico, por meio de análise dos documentos e fontes primárias e secundárias. Destaca-se a convergência entre os conceitos de criatividade, inovação e desenvolvimento trabalhados na obra de Celso Furtado e estes mesmo conceitos como estruturantes da Economia Criativa.

Palavras-chave: Economia Criativa. Criatividade. Inovação. Desenvolvimento. História Econômica. Pensamento Furtadiano.

BARBOZA SILVA, Floriano. Creative Economy: Historical roots in the thought and action of Celso Furtado. 2018. 110 p. Thesis (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Federal University of Bahia. Faculty of Education. Salvador. 2018.

ABSTRACT

This thesis has the work of Celso Furtado as its center point, with the overall objective of showing how it relates closely with the academic, scientific, and policy production carried out on Creative Economy, both in the world and in Brazil. The convergence of his work and the wider production on Creative Economy is examined, highlighting the concepts of creativity, innovation and development. To achieve this goal the following basic question was investigated: what exactly is Celso Furtado's contribution to the formation of the concept of *the creative economy*? This opened up two other questions that helped to configure the line of research to be undertaken: (1) when, where, and with whom did the discussion about the concept and applicability of *the creative economy* in Brazil begin? (2) what is the relationship between the debates initiated by Celso Furtado and the mapping of public policy in this area in Brazil? To answer these questions, research of a qualitative nature was carried out based on time frames from historical research, epistemologically supported by cognitive analysis, addressing the historical context through an analysis of documents and primary and secondary sources. It highlights the convergence between the concepts of creativity, innovation and development worked on in the work of Celso Furtado and those same concepts as structuring elements of the Creative Economy.

Key words: Creative economy. Creativity. Innovation. Development. Economic History. Furtadian Thinking.

BARBOZA SILVA, Floriano. Economía Creativa: Raíces históricas en el pensamiento y la acción de Celso Furtado. 2018. 110 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidad Federal de Bahía. Facultad de Educación. Salvador. 2018.

RESUMEN

Esta tesis tiene la obra de Celso Furtado al centro, con el objetivo general de: demostrar la aproximación de la producción de ese autor con la producción académica, científica y política sobre Economía Creativa, en Brasil y en el mundo, verificando cómo estas dos producciones convergen, cuando se destaca los conceptos de creatividad, innovación y desarrollo. Para la consecución de este objetivo, se investigó: ¿Cuál es la contribución de Celso Furtado para la configuración del concepto de economía creativa? Esta pregunta de investigación se desarrolló en otras dos, que ayudó a establecer la secuencia de comandos de búsqueda: (1) donde, por quién y cuándo se inició la discusión sobre el concepto y la aplicabilidad de la economía creativa en Brasil? (2) ¿Cuál es la relación de los debates iniciados por Celso Furtado con el diseño de políticas públicas del área en Brasil? Para responder a estas cuestiones, se realizó una investigación de carácter cualitativo, con recorte temporal y epistemológico de la investigación histórica y análisis cognitiva, abordando el contexto histórico, por medio de análisis de los documentos y fuentes primarias y secundarias. Se destaca la convergencia entre los conceptos de creatividad, innovación y desarrollo trabajados en la obra de Celso Furtado y estos mismos conceptos como estructurantes de la Economía Creativa.

Palabras clave: Economía Creativa. La creatividad. La innovación. Desarrollo. Historia Económica. Pensamiento Furtadiano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Desenvolvimento da Humanidade	39
Quadro 1	Princípios da Economia Criativa	61
Figura 2	Desafios atuais da Economia Criativa no Brasil	62
Quadro 2	Desafios para a Economia Criativa Brasileira	75-75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAAF	Casa de Apoio Amor Fraternal
CAOS	Conhecimento: Análise Cognitiva, Ontologia e Socialização
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CF	Celso Furtado
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DMMDC	Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EC	Economia Criativa
ESAMC	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação
FABAC	Faculdade Baiana de Ciências
FACED	Faculdade de Educação da UFBA
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTE	Faculdade de Tecnologia Empresarial
FIB	Centro Universitário da Bahia
FSBA	Faculdade Social da Bahia
HEMOBA	Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IPE	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINC	Ministério da Cultura
OBEC-BA	Observatório Estadual de Economia Criativa da Bahia
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSEC	Plano da Secretaria Economia Criativa

REDPECT	Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In)formação, Currículo e Trabalho, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia
RPCA	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração
SC	Setores Criativos
SEC	Secretaria da Economia Criativa
SESC	Serviço Social do Comercio
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC	Tecnologias de Comunicação e Informação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBAHIA	Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	CAMINHOS DA TESE	16
2	PESQUISA HISTÓRICA E ANÁLISE COGNITIVA: ELEMENTOS METODOLÓGICOS	31
3	ECONOMIA CRIATIVA NO SÉCULO XXI: PERCURSOS HISTÓRICO-SOCIAIS E ECONÔMICOS	36
3.1.	ECONOMIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO	41
4	ECONOMIA CRIATIVA: PENSAMENTO E AÇÃO DE CELSO FURTADO	44
4.1.	ECONOMIA E ECONOMIA CRIATIVA PÓS CELSO FURTADO	50
4.2.	PÓS - CELSO FURTADO	63
4.3.	ECONOMIA CRIATIVA: PANORAMA ATUAL	69
5	CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: CONVERGÊNCIAS EM CELSO FURTADO	76
5.1.	CULTURA, DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A – Mapa de Referências	109

1 CAMINHOS DA TESE

Fui despertado para a economia criativa, quando assisti à exposição de Maria Inês Corrêa Marques no componente do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC): Natureza da Criatividade. Então, senti necessidade de aprofundar não só este conhecimento, mas entender de que forma essa nova economia atua para beneficiar o crescimento e desenvolvimento de uma nação. Meu interesse determinou a busca por literaturas e materiais a respeito do tema, incluindo visita a Secretaria Estadual da Cultura do Estado da Bahia, onde a gestão das políticas estaduais da Economia Criativa situava-se. A partir daí o meu coração passou a bater forte na busca de respostas para as dúvidas que surgiam a respeito desta temática.

Desde o início do meu curso secundário (1983/85), já tinha interesse em trabalhar com áreas relacionadas a negócios e gestão, por este motivo, fiz o Curso Técnico em Contabilidade e, logo após a conclusão, exerci a atividade de Auxiliar de Contabilidade. Paralelo à minha atuação em empresas, também atuava como ator, inicialmente com o projeto do Serviço Social do Comércio (SESC), logo após no Bando de Teatro Olodum, onde pude trabalhar com projetos como: Axé; Teatro para adolescentes infratores e outros.

A busca pelo crescimento profissional me levou a fixar residência na Cidade de São Paulo, onde prestei concurso e fui aprovado para trabalhar na empresa de telefonia do Estado de São Paulo. Então, surgiu a necessidade da realização de um curso superior. Optei pelo curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Sant'anna e comecei a conhecer um universo grandioso de conhecimento e aprendizagem que passei a aplicar no processo de trabalho. Em paralelo às minhas atividades, busquei a realização do sonho de tornar-me professor, para tanto, iniciei minha pós-graduação em Administração de Marketing, em agosto de 1998, na Universidade Bandeirantes de São Paulo. Naquele processo fiquei entusiasmado com os conteúdos do campo da Administração e decidi fazer o mestrado em Administração.

Assim, efetuei minha inscrição na Universidade São Marcos, iniciando as aulas em 2000. No meu trabalho de dissertação realizei o sonho de ser pesquisador ao buscar relacionar Educação e Administração. No ato da inscrição do programa de mestrado era necessário definir a área de concentração que seria objeto de aprofundamento. Optei pela área Organizações e Competitividade, tendo como subárea – Educação e Administração. Esta escolha da área e da subárea se deu por ter sido um momento em que a educação estava muito presente em minha vida, e, como lecionava a disciplina “Teoria Geral da Administração”, busquei relacionar os dois temas. A pesquisa teve como título: “A utilização dos jogos de empresa como fator motivacional na disciplina Teoria Geral da Administração, no curso superior de Administração”.

Ainda em busca de aprendizado e conhecimento, cursei o Mestrado Interdisciplinar em Educação, na Universidade São Marcos Administração e Comunicação, visando entender o universo das políticas públicas na educação. Naquela oportunidade trabalhei com o tema: “Políticas públicas na educação: Projeto de articulação do ensino médio do SESI (Serviço Social da Indústria), com o da educação profissional SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).”

Em 2000, após me matricular no Mestrado em Administração, iniciei minhas atividades na área da Educação como professor contratado para a disciplina “Teoria Geral da Administração”, na Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Em 2001, fui contratado pela Faculdade Drummond (SP), para lecionar “Organização, Sistema e Método”. Em 2002 retornei para Salvador-Ba. e comecei a trabalhar nas instituições de ensino: Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão (UNIBAHIA); Faculdade Baiana de Ciências (FABAC); Centro Universitário da Bahia (FIB); e Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), instituição que me convidou para coordenar o curso de Administração, aceitei e fui fazer o curso de Administração. Participei do processo seletivo da Faculdade Castro Alves, em Salvador-Ba, e me formei Bacharel em Administração. Na ESAMC fui Coordenador do Curso de Administração durante os anos letivos de 2003 a 2005. E, em setembro de 2004, entrei para a Faculdade Social da Bahia. Além disto, atuava também como Professor na: UNIBAHIA, Faculdade Hélio Rocha, Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE) e na Faculdade Castro Alves. Nesta última não só atuava como

Professor, mas também como Coordenador de Estágio, de fevereiro a dezembro de 2005. Foi lá que elaborei o “I Seminário de Administração”.

No período do Mestrado comecei a me interessar pela administração pública, daí publiquei, juntamente com uma amiga, Rosimeri Ferraz Sabino, uma resenha sobre “Administração pública e livre”, na revista “Pesquisa em Debate, Ano 2, N 2, Ano 2005”. Interessei-me pelo estudo da cultura nos processos organizacionais, escrevi junto com Aline Craide, o artigo: A mobilidade e a gestão intercultural nas organizações, que foi publicado na Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)¹.

Em paralelo ao desenvolvimento acadêmico, escrevi três peças teatrais: A Lenda da Criação², que busca contar a história da criação do mundo através das lendas africanas e dos cultos afros; “Iaba a força de um povo³, que mostra a estrutura social e as mazelas da sociedade desde o tempo de Zumbi de Palmares até os dias hoje; Zumbi em preto e branco⁴, que conta a saga de Zumbi de Palmares.

Desenvolvi também vários trabalhos na área de Segurança do Trabalho, nos quais foram criados espetáculos para a semana da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com temas como Tabagismo, Alcoolismo, Doenças Sexualmente Transmissíveis. Em 2009 fui aprovado no concurso público para a Universidade Federal da Bahia – no campus em Barreiras-Ba., como professor Assistente e professor da pós-graduação. Criei vários projetos de extensão na UFBA, como: “UFBA, Sangue bom”; “Acolher: ser solidário é massa!”; entre outros. Atualmente estou lotado na Escola de Administração da UFBA (EAUFBA), em Salvador, lecionando na graduação e na pós-graduação.

A minha trajetória acadêmica me trouxe grandes alegrias, sendo a principal delas o reconhecimento do meu trabalho pelos alunos que contribuíram para o meu crescimento e desenvolvimento como professor. Recebi diferentes homenagens, durante minha trajetória como Professor: dos formandos em Administração e

¹ Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro. v. 6, n. 1, jan./mar., 2012. p. 105-123.

² SILVA, Floriano Barboza: **A lenda da criação**. São Paulo: SP, 2001. [Peça teatral].

³ SILVA, Floriano Barboza: **Iaba a força de um povo**. 2000. [Peça teatral].

⁴ SILVA, Floriano Barboza; BARCELLOS, Alvaro. **Zumbi em preto e branco**. 1999. [Peça teatral escrita em parceria com o autor Álvaro Barcellos].

Comunicação Social da Faculdade ESAMC (2006.1); os de Administração da Faculdade Batista (2007.1); os de Administração da Faculdade Social da Bahia - FSBA (2009.1); dos alunos de Marketing do Centro Universitário da Bahia - FIB (2009.1); e dos formandos da UFBA, Campus Barreiras (2010). E fui Parainfo da turma de 2015.1. Secretariado Executivo da UFBA.

O fato de ter sido aprovado no Concurso da UFBA, conseqüentemente ter ido morar no Oeste da Bahia, me provocou certa inquietação para entender a relação das diversas culturas estabelecidas nas regiões (sulistas, nordestinas), além da contribuição que organizações do terceiro setor têm em relação à população mais carente. Então, participei como voluntário em Barreiras – Ba., e desenvolvi ações que trouxeram a comunidade para participar em conjunto com a Universidade. Para tanto, criei o “Projeto UFBA, Sangue bom”, - em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA) e o Hospital do Oeste -, que promovia um dia de doação de sangue no campus da cidade de Barreiras – Ba. O projeto foi um sucesso e conseguimos mais de 300 (trezentas) bolsas de sangue além de vários cadastros. Na oportunidade outro projeto social foi criado, o “Projeto Acolher: Ser solidário é massa!”. Este projeto tinha como principal objetivo divulgar as ações sociais desenvolvidas pela Casa de Apoio Amor Fraternal (CAAF), uma associação beneficente de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que apoia e assiste pessoas em tratamento de saúde de qualquer idade, com foco nas pessoas acometidas de câncer. Buscou-se conseguir parceiros e voluntários que contribuíssem com a instituição. O intento de desenvolver o espírito de colaboração e solidariedade na sociedade barreirense e arrecadar, por meio de doações, alimentos, materiais de construção e de limpeza, bem como qualquer tipo de contribuição que ajudasse a instituição, foi atingido.

Com a transferência para a Escola de Administração da UFBA – Salvador – Ba., percebi a necessidade de continuar minha carreira acadêmica, na área de conhecimento que me desse prazer. Então, conheci o Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento, que oferece a possibilidade de pesquisar interdisciplinarmente e assim poderia dialogar com diversas ciências, algo que já vinha fazendo.

No ato da inscrição, num programa de doutorado, é necessário definir a área de concentração que será objeto de aprofundamento, inclusive a possível temática

da tese. Na época optei pela área de concentração estabelecida na “Linha 3 – Cultura e Conhecimento: Transversalidade, Interseccionalidade e (In)formação”. A escolha desta linha deu-se por ter percebido a importância de aprofundar os estudos sobre a Interculturalidade e a possibilidade de analisar o terceiro setor, um dos que mais se desenvolveu no nosso país.

Todo trabalho acadêmico nasce de experiências e interesses que dão base para o processo de pesquisa. Minha primeira versão de tese surgiu a partir de um interesse inicial em compreender a interculturalidade e sua relação com a criação e o desenvolvimento de conhecimentos entre gestão e geração de recursos financeiros. A metodologia usada neste trabalho inicial foi a etnopesquisa, que permite articular experiências e vivências acadêmicas pessoais para dar suporte à minha compreensão a respeito do tema proposto.

Tudo começou quando iniciei minha participação no grupo de pesquisa Rede Cooperativa de Pesquisa e intervenção em (In)formação, Currículo e Trabalho (REDPECT), da Faculdade de Educação (FACED), da UFBA, através da linha de pesquisa: Conhecimento: Análise Cognitiva, Ontologia e Socialização (CAOS). Na REDPECT, rede de pesquisa colaborativa, coordenada por Teresinha Fróes Burnham na Faculdade de Educação da UFBA. Como participante deste grupo de pesquisa, comecei a ter contato com um universo multidisciplinar, no qual cada pesquisador escolhe um tema próprio, porém dialoga com outros temas, permitindo assim, não só interação, mas um aprofundamento de conceitos e áreas pertinentes à proposta da relação criação, desenvolvimento e difusão do conhecimento.

Comecei então a trabalhar em um programa de extensão da UFBA, desenvolvido pela REDPECT: “A Arte-Cultura de (Com)Viver em (Com)Unidades: Educação em equidade sócio-cognitiva e étnico-racial”, o qual enfoca a exclusão sócio-cognitiva e étnico-racial, partindo da nova configuração da “economia informacional”, resultante da valorização da “informação” e “conhecimento” como seus principais ativos.

O projeto aumentou o meu desejo de trabalhar com temas relacionados a comunidades, principalmente em como promover a geração de renda para o crescimento e desenvolvimento das mesmas.

Em 2014, apresentei um projeto de extensão no Programa Permanecer/UFBA, vinculado ao referido programa de extensão, intitulado: “O Projeto Educar, Arte e Cultura: Um crescer Quilombola”. Este projeto, objetivava desenvolver processos de interação entre uma comunidade epistêmica e uma comunidade de prática, conceitos desenvolvidos na REDEPECT, buscando maior aproximação entre fazeres/saberes destes dois espaços. O diálogo entre eles pode contribuir para a efetivação da equidade sócio-cognitiva e étnico-racial, por meio da dinâmica de valorização mútua dos processos de construção de conhecimento em espaços não escolares de aprendizagem. Este projeto baseou-se nas políticas públicas de promoção da igualdade, de educação para todos e, especialmente, de educação para as relações étnico-raciais, subsidiada pela ética da convivência. As atividades concretizaram-se na localidade do Ogunjá, Instituição Beneficente dos Moradores da Villa Viver Melhor, *locus* que possui características quilombolas remanescentes.

A metodologia utilizada neste projeto me proporcionou uma experiência singular de aprendizagem. Toda a investigação foi fundamentada na concepção da multirreferencialidade, levando em consideração diversas “[...] necessidades, os pontos de vista, as leituras do real que convivem nos espaços de aprendizagem.” (FAGUNDES & FRÓES BURNHAM, 2001, p. 39). Segundo as autoras, a multirreferencialidade “[...] pode ser entendida como uma pluralidade de olhares dirigidos a uma realidade e uma pluralidade de linguagens para traduzir esta mesma realidade e os olhares dirigidos a ela.”

Em 2015 dei continuidade às investigações, com novo “Projeto Educar, Arte e Cultura: Um crescer contemporâneo: teatro a arte da construção do saber”, buscando compreender, através de leituras e discussões, o entendimento das três vertentes principais que circundam toda a base deste projeto, são elas: Arte, Cultura e Conhecimento. A concepção de Arte parte da visão do autor Azevedo Junior (2007), que a considera como conhecimento e como uma das primeiras manifestações do ser humano - pinturas nas cavernas, escrituras, templos religiosos -, através da qual demonstrava seu sentimento, emoções e ideias para os outros. Portanto, esta manifestação e este conhecimento, tem o objetivo de mostrar que a arte é uma representação simbólica do humano. Todas as atividades desenvolvidas ao longo da execução do citado projeto estão baseadas nesta perspectiva.

Quando ingressei no curso de Doutorado do DMMDC, propus estudar a interculturalidade, a ser investigada no Projeto Tamar no município de Camaçari-Ba, em Praia do Forte e Jauá. No decorrer das orientações discutimos as várias temáticas articuladas com cultura, dentre elas Economia Criativa (EC), objeto de estudo da orientadora deste estudo, Profa. Dra. Maria Inês Corrêa Marques. Fiquei interessado, por ser um tema relacionado à minha formação, as Ciências Econômicas e a Administração.

Então, parti para a leitura e para conhecer o que vinha a ser economia criativa, e, no “Encontro Internacional da Economia Criativa”, organizado pelo Observatório Estadual de Economia Criativa da Bahia (OBEC), da UFBA, no período de 26 a 27/11/2014, no Instituto Brasil-Alemanha, em Salvador–Ba. tive a oportunidade de conhecer e debater o tema, juntamente com minha orientadora. Aquele evento fortaleceu a minha relação com a economia criativa, e assim surgiram os questionamentos a respeito do norte que seria dado à minha pesquisa dali em diante. A princípio a pergunta norteadora do estudo era: Verificar de que forma a economia criativa contribui com os territórios de produção criativa, através da socialização do conhecimento?

Em termos práticos, pretendia pesquisar economia criativa como uma experiência de socialização do conhecimento, para competências criativas, tendo como base o território quilombola de Santiago do Iguape, no Recôncavo baiano. Após visitas e análise do território, houve um consenso que não seria esse o “*locus*” do meu estudo. Após reuniões e discussões, baseadas em textos, vídeos e reportagens publicadas, surgiu a necessidade de compreender de que forma os Observatórios de Economia Criativa atuavam e colaboravam para a promoção de políticas públicas. Surgiu então uma nova indagação: Qual a política pública, adotada pelo governo do estado da Bahia, para a economia criativa e qual o panorama de produção e socialização dos observatórios no Brasil e no OBEC-Ba?

A partir desta modificação da pergunta norteadora, o objetivo geral definido para respondê-la buscava: abordar o tema da economia criativa, sugerindo um estudo da compreensão das políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado da Bahia, para a economia criativa e o panorama de produção e socialização dos observatórios no Brasil, em análise, o do OBEC-Ba.

Com a crise econômica instalada, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e a consequente diminuição de investimentos pelo Governo Federal, os Observatórios de Economia Criativa passaram a ter grandes dificuldades em continuar atuando e realizando suas atividades de promoção da economia criativa, o que nos obrigou a repensar o nosso propósito para esta pesquisa.

Havia uma certeza no ar, ainda que os entraves fossem enormes para o desenvolvimento da pesquisa iria aprofundar estudos sobre a EC. Inclusive iniciei investigação sobre este conceito reconhecido como em aberto no Plano Nacional da Economia Criativa, 2014 do Ministério da Cultura, que foi o marco de referência da EC e do Relatório de Economia Criativa 2010 (UNCTAD).

O Brasil, que atualmente é a oitava economia mundial, busca cada vez mais ampliar a sua capacidade de crescimento e desenvolvimento, e a economia criativa tem um papel crucial, para que ele se torne um país competitivo e atraente a investimentos. Pois já é reconhecido como um país criativo. O termo economia criativa ganhou expressão nos movimentos ocorridos a partir de 1990. O surgimento do conceito indústria criativa, deu-se inicialmente na Austrália, mas, destacou-se mundialmente a partir da Inglaterra⁵.

No trabalho de orientação, nos estudos da Doutora Maria Inês Corrêa Marques, nos meus levantamentos e análises, identificou-se outra possibilidade. Fui orientado a voltar minha atenção para Celso Furtado. Ao cumprir esta tarefa descobri meu objeto de investigação. A conceitualização da EC já havia sido feita por Celso Furtado desde a publicação do seu livro “Criatividade e dependência na civilização industrial”, em 1978. Portanto, este autor tratou o tema antes da Austrália e da Inglaterra.

Foi assim que esta tese ganhou configuração definitiva, tendo Celso Furtado ao centro, para analisar os fundamentos teóricos da EC, e rastrear a história da economia criativa. Foi decidido então investigar:

- Qual a contribuição de Celso Furtado para a configuração do conceito de economia criativa?

⁵ Fonte: Relatório da Economia Criativa (2010).

Esta questão de pesquisa desdobrou-se em outras tantas que contribuiriam para sua problematização e a configuração do roteiro investigativo: (1) Onde, através de quem e quando teve início a discussão sobre o conceito e a aplicabilidade da economia criativa no Brasil? (2) Qual a relação dos debates iniciados pelo autor Celso Furtado com o desenho de políticas públicas no Brasil?

Os levantamentos prévios demonstraram que a Economia Criativa se articula com o desenvolvimento econômico. Celso Furtado defendeu a relação entre cultura e criatividade para o desenvolvimento. Ele tratou disto no contexto brasileiro e sua produção estava voltada para a superação da condição de subdesenvolvimento e pobreza no Brasil.

Foi observado no Plano da Economia Criativa – 2014 (MINC), que as referências de sua construção foram baseadas nas deliberações de organismos internacionais. As determinações trazidas de fora para dentro, negam as construções históricas de Celso Furtado. A sua contribuição para o campo da EC não tem lugar privilegiado, sendo considerada como a de um formulador. As definições técnicas, no Plano da Economia Criativa, suplantaram as reflexões. C.F, fez há sessenta anos atrás um arcabouço teórico em defesa de uma ação desenvolvimentista para o país, com base na criatividade, valorizando a capacidade criativa do povo para superar problemas e criar novas oportunidades.

A partir do pressuposto de que o pensamento e ação de Celso Furtado estão contidos na teorização sobre EC, busquei identificar a real contribuição do economista para a temática. O objetivo geral deste estudo passa então a ter o propósito de:

- Demonstrar a aproximação da produção de Celso Furtado com a produção acadêmica, científica e política sobre Economia Criativa, no Brasil e no mundo, verificando como essas duas produções convergem, quando se destaca os conceitos de criatividade, inovação e desenvolvimento.

Para o desafio de alcançar este alvo principal, os objetivos específicos pretendem:

- Identificar que contribuições a obra de Celso Furtado oferece para as políticas públicas adotadas para a área.

- Reconhecer as raízes históricas do pensamento de Celso Furtado na configuração do quadro teórico sobre Economia Criativa.

Estes objetivos justificam-se, tendo em vista que os problemas sociais e econômicos que se fazem presentes no contexto de diversos países levam pesquisadores a se direcionarem em busca de soluções. Neste conjunto de pesquisadores estão os Economistas. Estes idealizam promover o crescimento econômico, visível no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento, que se traduz na melhoria dos indicadores econômicos e sociais, promovendo assim o bem-estar da população. Os países têm buscado identificar estratégias que levem ao alcance deste objetivo, a fim de melhorar a qualidade de vida econômica e social de seus cidadãos. Dentre elas, está a Economia Criativa.

O autor inglês John Howkins (2001), lançou o livro “The Creative Economy”, trazendo uma proposta de abordagem econômica, incorporando elementos que ampliariam a possibilidade de geração de riquezas. São eles: criatividade, inovação, propriedade intelectual, tecnologia, cultura, turismo, entre outros. A experiência de indústria criativa australiana e inglesa havia sido bem-sucedida e a publicação citada tornou-se referência. Para o autor, Economia Criativa envolve atividades resultantes das ações de indivíduos exercitando livremente a sua imaginação e explorando o valor econômico dessa capacidade. HOWKINS (2001)

A Economia Criativa tem a intangibilidade como matéria prima do seu processo produtivo, pois está relacionada a capacidade intelectual e criatividade, e é utilizada como a grande catalisadora e articuladora dos processos e dos resultados desta economia. Duisenberg (2007) afirma conceitualmente que, a EC se caracteriza como um ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que tenham conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado. Este campo da economia valoriza a cultura e a criatividade, em todas as manifestações possíveis de serem transformadas em produtos e ideias comercializáveis. Ela também é marcada pela transversalidade e multidimensionalidade, vez que vincula cultura, comércio, tecnologia, turismo e vários outros setores da economia, que estão em seu interior. (DUISENBERG, 2007)

Os principais debates sobre cultura, na atualidade, expressam sempre uma questão fundamental: a sua influência no desenvolvimento das nações. Diversos

países e organizações internacionais dedicam, cada vez mais, atenção às análises sobre as dimensões econômicas da cultura, suas especificidades e potencialidades. Assim, cultura, criatividade, inovação e tecnologia, juntas, representam a mola propulsora de novos modelos de negócios e podem promover o desenvolvimento social, gerando crescimento econômico e, ao mesmo tempo, melhoria de qualidade de vida dos seres humanos, em todos os sentidos.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, foi discutido o conceito dessa nova economia: “[...] ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos. UNCTAD (2010, p. 19)

A EC abrange um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, arte e cultura, e compreende aspectos econômicos, culturais e sociais. (FLORIDA, 2011; HOWKINS, 2007). Neste contexto, busca revitalizar indústrias tradicionais de manufaturas, serviços e entretenimentos, com base em atividades que possuem como matéria-prima a cultura e a criatividade. Nota-se neste processo, e na literatura (LANDRY, 2008; REIS, 2009; VIVANT, 2013), os movimentos de regeneração urbana de grandes centros e revitalização em busca de pessoas que demonstrem ser mais criativas e desenvolvidas. A reação econômica é um conjunto de vários elementos, sendo que não se pode definir em termos de uma única mudança para melhor, nem pode ser claramente separada do estado de crise do qual emergiu. Assim, a EC surge como uma reação econômica que responde a demandas atuais existentes.

Neste trabalho, a EC é tratada como um processo de produção, envolvendo o diálogo com diversas áreas de conhecimento. Busca promover, portanto, o entendimento do conceito, levantar o histórico de sua construção e as propostas para sua implementação e aplicabilidade. Investiga processos produtivos de bens e serviços e sua relação com as transformações sociais, econômicas e políticas. Na EC, as indústrias e serviços fomentam espaços criativos aproximando comunidades, grupos diversos, respeitando os processos produtivos locais e o conhecimento intelectual na produção de bens e serviços.

O mapeamento e a catalogação dos registros de resultados sobre a Economia Criativa são fundamentais para impulsionar a difusão do conhecimento.

Além disto, este campo é auxiliar na geração de riquezas e desenvolvimento, de modo sustentável, possibilitando inclusão e formação de profissionais capazes de conquistarem meios de sobrevivência.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em São Paulo (2004), deliberou-se sobre as estratégias internacionais para que fosse criada uma instituição internacional dedicada às indústrias criativas. Tal deliberação buscava o fortalecimento da EC nos países do Hemisfério Sul. Na ocasião, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Cultura (MINC), se dispôs a contribuir para a criação do Centro Internacional de Economia Criativa, inclusive com a escolha para que a sede fosse localizada na Bahia. (MIGUEZ, 2012, p. 105).

Em 2006 ocorreram eventos e encontros com organizações nacionais e internacionais; e no ano de 2007, foi realizado o II Seminário Nacional de Economia Criativa, em Fortaleza, intitulado “Economia Criativa: Uma nova perspectiva”. Nos diálogos estabelecidos nestes eventos foi compreendido que, economia e criatividade não são coisas novas, contudo, a definição de “Economia Criativa” e a forma de compreendê-la sim. Isto, confirma que a EC abrange as atividades que se baseiam na criatividade humana, trazem uma essência cultural e apresentam potencial econômico.

O tema ressurgiu de modo mais consolidado no Brasil, em 2011, a partir da implantação da Secretaria de Economia Criativa (SEC), que foi criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, vinculada ao MINC. A SEC tinha como estratégia de ação elaborar propostas com os demais ministérios e organizações de fomento, para a construção de uma agenda de desenvolvimento para o país através da cultura. (LEITÃO, 2012) Esta discussão torna-se relevante no Brasil, pois a EC emerge como uma possibilidade de crescimento econômico seguido de desenvolvimento local.

Diante destas reflexões, surgiu a motivação para um estudo voltado à exploração do que vem sendo feito no campo da EC e o conhecimento produzido no Brasil acerca do tema. A EC projeta algumas singularidades, tendo em perspectiva as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura. Seu estudo exige um composto de contribuições teóricas e de experiências, considerando os processos de criação, as cadeias de produção, difusão e a organização da cultura. Os registros

ora mencionados de 2006, 2007 e 2011 apresentam a EC como um novo campo de estudo no Brasil, inserindo-a nos debates no campo econômico. Entretanto, há que se considerar que, muito dos aspectos apontados pelos diferentes autores que tratam da EC no Brasil e no mundo, não são essencialmente novos. Foram buscadas as construções teóricas no pensamento e ação de Celso Furtado e de outros autores.

Encontramos em Celso Furtado questões ligadas ao desenvolvimento econômico como a criatividade e inovação debatidas hoje no campo da EC. Ao fazer um levantamento de sua obra, pode-se encontrar registros que permitem identificar suas ideias presentes e atuais neste campo de estudo. Os aspectos que configuram a questão de pesquisa passam por analisar a obra do autor para reconhecer sua influência e relação com a EC.

Espera-se identificar a contribuição de Celso Furtado na construção e concepção do conceito de Economia Criativa, nas produções acadêmicas e documentos oficiais, destacando sua relevância nas pesquisas e publicações nacionais e internacionais. Assim sendo, para a realização desta investigação foram analisadas suas produções, buscando as divergências e convergências conceituais, com o objetivo de relacionar seu pensamento e as atuais obras sobre EC.

Para esta finalidade, foram identificadas na produção local e internacional as publicações que compõem o campo da Economia Criativa; levantados os conceitos que convergem e se alinham com os publicados no campo em estudo; analisadas as tendências existentes, observando as categorias previamente definidas, a saber: criatividade, inovação e desenvolvimento. O esforço foi o de revelar o panorama da produção e difusão do conhecimento sobre a Economia Criativa, a partir de informações coletadas em documentos e publicações, destacando a visão e as contribuições de Celso Furtado.

Neste trabalho utilizou-se o método de pesquisa histórica com fontes primárias e secundárias, sendo este um tipo de pesquisa investigativa de eventos, onde se empregam métodos descritivos e analíticos. A investigação histórica sobre o processo de construção do conceito de EC colocou em evidência o historiador e economista de renome nacional e internacional, Celso Furtado. Ele foi protagonista de seu tempo e influenciou profundamente o campo social, histórico e econômico

brasileiro. Apesar do passado virtuoso e contribuições densas, hoje, ao se tratar de EC, não se reconhece, de forma ampla e generalizada, que o Brasil por meio do pensamento e ações de Celso Furtado, foi o berço histórico da EC.

Para preencher esta lacuna e relatar este processo de estudo/pesquisa sobre a trajetória e construção de conhecimento da EC, na perspectiva de Celso Furtado, este trabalho está dividido em “**Caminhos da Tese**” e mais quatro outros capítulos. No primeiro, busca-se destacar a jornada até chegar aos estudos preliminares desta tese, além da definição da problemática, o objetivo central da investigação e o percurso a seguir.

O segundo capítulo -, “**Pesquisa histórica e análise cognitiva: elementos metodológicos**” - trata do caminho investigativo. O capítulo terceiro, “**Economia criativa no século XXI: Percursos histórico-sociais e econômicos**”, traz uma perspectiva teórica que discute a evolução humana, a economia e a economia criativa buscando possíveis alinhamentos e conexões. Além disto, apresenta as construções teóricas acerca da EC, destacando: a sua origem e evolução; as construções teóricas dos panoramas nacional e internacional.

No capítulo seguinte (quarto capítulo), “**Economia Criativa e o pensamento e ação de Celso Furtado**”, discute o alinhamento entre suas obras e a Economia Criativa, seu posicionamento, os pilares de sustentação e as categorias da economia aí encontradas, que se alinham com as discussões atuais sobre a Economia Criativa.

“**Criatividade e inovação: convergências em Celso Furtado**”, o quinto capítulo, onde são abordadas as relações entre Celso Furtado e a Economia Criativa, destaca a criatividade e a inovação como os conceitos estruturantes da obra do autor. Apresenta a convergência entre as publicações de Celso Furtado e as de economia criativa no Brasil e no mundo. Aborda ainda seu posicionamento sobre a economia para o desenvolvimento.

Nas “**Considerações Finais**”, sexto e último capítulo, retorna aos grandes eixos e questões do trabalho para reflexões ainda sem conclusões, posto que a EC é um conceito em consolidação.

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição para o campo em estudo, focalizando Celso Furtado ocupando o seu justo lugar de preconizador da economia criativa no mundo.

2 PESQUISA HISTÓRICA E ANÁLISE COGNITIVA: ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo do campo da EC é fértil e próprio à articulação das abordagens metodológicas indicadas no título do capítulo. Nesta seção relaciona-se referenciais da pesquisa histórica e da análise cognitiva, para reconhecer a produção de ideias no seu tempo e como as forças da história atuam sobre o conhecimento.

A compreensão e utilização do conceito de Análise Cognitiva, acontece no contexto do grupo de pesquisa CAOS/REDPECT, coordenado à época pela Profa. Dra. Teresinha Fróes Burnham, da/na Faculdade de Educação da UFBA. Conforme esta autora, (2012), Análise Cognitiva é um:

[...] campo complexo de trabalho com/sobre o conhecimento e seus imbricados processos de construção, organização, acervo, socialização, que inclui dimensões entretecidas de caráter teórico, epistemológico, ontológico, axiológico, estético. [...] com o compromisso de traduzi-lo, (re)construí-lo e difundi-lo segundo perspectivas abertas ao diálogo e a interação entre comunidades vinculadas a esses diferentes sistemas de modo a tornar o conhecimento público [...]. (FRÓES BURNHAM, 2012, p. 53)

Este entendimento e definição, abre inúmeras possibilidades de analisar o objeto em seu percurso histórico e encontrar novos aspectos a tratar. Por meio da análise cognitiva, o pesquisador pode utilizar um referencial teórico investigativo plural, multirreferenciado, adequado aos métodos quantitativos e qualitativos. Aqui se trabalhou com esta última abordagem. Esta escolha pode ser explicada a partir dos posicionamentos de Deslauriers e Kérisit (2008), que defendem sua aplicação para tratar questões sociais e buscar o sentido do fenômeno social.

A análise cognitiva é um campo complexo de investigação, cujo arcabouço revela uma pluralidade de elementos de outras áreas, que, entretecidas, permitem novas configurações analíticas, interpretativas e de práticas. Ela pode ser utilizada tanto para a produção de conhecimento de comunidades tradicionais de saberes ancestrais, como para análise da relação sociedade e economia, com suas especificidades, neste presente trabalho. Sua abertura para diferentes campos do

conhecimento permite que se olhe o problema em separado e em conjunto de modo interdisciplinar.

A construção do conhecimento sobre EC envolve análise dos processos históricos, da incorporação de elementos como cultura, criatividade, tecnologias e mudanças no ritmo social. Estes elementos não podem ser pensados isoladamente. O analista cognitivo organiza o campo do conhecimento, busca interfaces, reconhece lacunas e a história, ajuda a promover as inter-relações, em conjunto com a Economia, Sociológica, Antropologia e outros campos do conhecimento, como: arte, tecnologia, política etc., formando uma unidade complexa.

Fazer análise cognitiva é colocar em diálogo áreas do conhecimento, problemas de diferentes ordens. Portanto, estabelecer este diálogo em Economia Criativa e História é também incluir sociologia e as relações de poder, que não tem origem exclusiva na economia ou na política. É preciso ver o Estado e suas relações de poder. Tratar a história articulada com análise cognitiva é sair do lugar do fato histórico e do documento puro.

Como ensinou Foucault (1977), segundo a obra de O'Brien (1992, p. 47),

Nada, no homem – nem mesmo o seu corpo é suficientemente estável para servir de base para o reconhecimento de si mesmo ou a compreensão dos outros homens. [...] O Estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma e a economia não são objetos estáveis, são discursos [...].

Tomando o pensamento de Foucault como referência para tratar as questões de poder, não se pode pensar a EC sem considerar, que “[...] as relações de poder são entrelaçadas a outros tipos de relação (produção, parentesco, família, sexualidade) e podem ser estudadas por meio de seus discursos. [...]” (O'BRIEN, 1992 p. 48-49) O objetivo do rastreamento histórico envolvendo Celso Furtado, é para reconhecer o seu discurso, as distinções fundamentais entre as origens da EC e os traços que hoje a constituem.

Trabalhar com Foucault não significa aqui aplicar o seu método genealógico, mas utilizar suas construções para revelar um percurso metodológico diferenciado ao articular as possibilidades da análise cognitiva e da história. Segundo Foucault (1977), o genealogista “[...] deve ser capaz de identificar eventos históricos, seus solavancos, suas surpresas, suas histórias instáveis e intragáveis derrotas [...]” (O'BRIEN 1992, p.50).

Este percurso metodológico contribuiu para a escrita deste trabalho sobre economia criativa, a partir das obras/discursos de Celso Furtado e dos acontecimentos nacionais e internacionais envolvendo o tema. Outro grande contributo de Foucault, aqui destacado, é sua busca pelos começos e as diferenças. Nos dias atuais, construiu-se um entendimento de que a EC surgiu na Austrália, no Reino Unido ou pelas mãos de teóricos norte americanos. Ao retomarmos começos e diferenças é que encontramos outros protagonistas desta história, dentre eles Celso Furtado.

A pesquisa histórica busca as condições materiais de vida, as forças produtivas que criam estas tais condições. As histórias separadas dos documentos, dos discursos dos pensamentos e pensadores seriam narrações vazias. Buscou-se então elementos para (re)conhecer o passado, analisar, criticar. Quando se pensa historicamente, é preciso buscar fontes históricas, documentos do passado.

A construção desta pesquisa implicou na realização das seguintes atividades: (a) levantamento de dados secundários através da pesquisa bibliográfica [obras de Celso Furtado e outras]; e (b) da análise documental [Economia Criativa, Plano da Secretaria da Economia Criativa, Relatório da economia criativa]. Desde a fase exploratória deste estudo, buscou-se responder o problema a partir das referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses, levantando o estado da arte do tema, tanto para a fundamentação quanto para a justificativa dos limites e as contribuições da própria investigação.

Após a consulta documental: ao Plano da Secretaria da Economia Criativa, ao Relatório da Economia Criativa e ao documento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento(UNCTAD), para a abordagem de economia criativa mostrou-se mais adequado o Plano feito pela SEC. Este plano foi classificado como um conjunto de atividades culturais, econômicas e de gestão de negócios, que se originam no conhecimento, na criatividade, no capital intelectual individual ou coletivo, focado em processos, produções de bens e serviços para a geração de trabalho e renda (BRASIL, 2011). Já o Relatório da Economia Criativa foi analisado para situar a participação e aplicabilidade da economia criativa no cenário nacional; e a UNCTAD pela sua importante contribuição para o processo conceitual da economia criativa.

Ainda com o objetivo de levantar dados secundários, foi feita uma pesquisa das obras de Celso Furtado e de documentos por ele escritos para que se pudesse desenvolver a relação da economia criativa e dos conceitos por ele definidos. Em seguida, com base nos dados levantados, estabeleceu-se o recorte mais preciso das componentes que atenderiam aos propósitos dessa investigação em relação às dimensões estudadas. No que diz respeito à Economia Criativa, os componentes do estudo partiram da compreensão do histórico sobre Economia Criativa.

Continuando na fase exploratória, realizou-se levantamentos documentais, entre os anos de 2014 a 2017. Nesse sentido buscou-se participar dos seminários sobre Economia Criativa, realizados pelo OBEC- BA, o II e o III Encontro Internacional da Economia Criativa, o que proporcionou uma experiência ímpar, pois os contatos, os diálogos e os debates realizados no encontro ampliaram a definição da problemática desta tese.

Além disto, foram realizadas visitas à Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, para compreender as políticas do governo do estado voltadas para o desenvolvimento e aplicabilidade da EC. Visitou-se ainda o Distrito Santiago de Iguape, no Recôncavo Baiano, município de Cachoeira – Ba., onde estudos e pesquisas sobre EC foram realizados pela Orientadora desta tese. Este foi o primeiro contato em um território com potencial para se tornar um território criativo.

A catalogação de documentos permitiu ampliar a relação do conceito à aplicabilidade da economia criativa. Os pré-campos buscaram levantar informações sobre a economia criativa e o entendimento de sua atuação e foram convertidos em artigos publicados em eventos. Acredita-se ser bom salientar que o campo possibilitou um conhecimento mais próximo sobre o tema e sobre o direcionamento dos levantamentos secundário e primário.

Para desenvolver essa relação de Celso Furtado e a Economia Criativa buscou-se o método histórico, cuja principal característica é a investigação de eventos ocorridos no passado e a preservação dos registros produzidos a partir desses eventos em relação ao período em que ocorreram. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 36):

No método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje;

considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função.

A base desta tese foi entender as alterações, transformações que ocorreram, ou não, com os estudos de Celso Furtado sobre desenvolvimento, criatividade, inovação e inclusão em relação à economia criativa que é um conceito da contemporaneidade.

Neste estudo, a investigação de caráter qualitativo pretendeu reconhecer, de modo aprofundado, o contexto histórico, por meio da análise dos documentos e fontes primárias e secundárias. A contribuição de técnicas de análise, o recorte temporal e epistemológico da pesquisa histórica e análise cognitiva, visaram descobrir na literatura e nos documentos analisados fatos/registros sobre o surgimento do conceito de economia criativa nas obras de Celso Furtado.

Para se chegar ao entendimento sobre economia criativa, é preciso entender a origem da economia e sua relação com a sociedade. No próximo capítulo debruça-se nos percursos históricos-sociais e econômicos.

3 ECONOMIA CRIATIVA NO SÉCULO XXI: PERCURSOS HISTÓRICO-SOCIAIS E ECONÔMICOS

Diferente dos outros animais o homem acumula cultura. Um dos fatores que contribuem para que aconteça esse processo é a existência do repasse das informações vividas por antepassados através de relatos. Estes se constituem numa forma de contribuir com a subsistência dos sucessores no espaço em que habitam. Os relatos são originados de fontes diversas podendo ser orais, imagéticos ou escritos. Uma das informações mais difundidas se constitui em relatar a maneira de ser e estar dos humanos nos primórdios de sua existência. (ENGELS, 1984)

Eram duas as formas destes seres ocuparem o espaço onde sobreviviam. Na primeira, a de ocupação, eles se caracterizavam de seres nômades e em alguns momentos como coletores. Nesta maneira de se relacionarem com o ambiente, geralmente não habitavam uma mesma localidade por muito tempo. Só permaneciam no mesmo lugar enquanto este lhes proporcionasse condições de sobrevivência.

Intui-se que, nesta fase não era habitual o acúmulo de pertences, já que o deslocamento para outras localidades acontecia com certa frequência. Assim, este sujeito levava consigo apenas os instrumentos e os conhecimentos necessários que contribuíssem com a promoção de sua subsistência no novo espaço que iria habitar. Acredita-se também que, nesta fase o homem já vivia em grupo social rudimentar, onde as regras de convivência e limites relacionais não eram pré-definidos, portanto as relações familiares ainda não eram definidas. (ENGELS, 1984)

Em seguida o homem passa a ser sedentário, promove a formação de grandes grupos de convivência e os impulsiona a se especializarem e delimitar as relações familiares e sociais das quais faziam parte. Segundo Engels (1984), estas informações se originam das pesquisas realizadas junto ao povo Iroquês, feitas pelo antropólogo inglês Lewis Henry Morgan e documentadas no início do século 19. Morgan, é um antropólogo reconhecido como um dos fundadores da moderna antropologia científica. Ele foi um dos primeiros a estudar os sistemas de parentesco

vividos no seio desta tribo indígena, e, a partir deste estudo, elaborar uma ambiciosa teoria sobre a evolução cultural do homem como um todo. (ENGELS, 1984)

Ressalta ainda Engels (1984), que Morgan foi o primeiro a produzir e socializar uma ordem concisa na pré-história da humanidade, a partir de um conjunto amplo de informações baseadas neste estudo junto a este grupo indígena. Isto por que, o pesquisador os caracterizou como sendo um grupo humano que se encontrava, naquele momento histórico, em uma fase diferente de produção de cultura em relação aos grupos humanos considerados evoluídos.

A caracterização formulada por este autor, até hoje, é fundamental para a compreensão da evolução humana, o que pode mudar se surgir outra que possua uma riqueza e precisão de informações maiores.

Baseado na obra de Morgan, Engels (1984) subdivide a pré-história em três estágios principais, mas, embora defina mais concisamente subdividindo os dois primeiros, o terceiro ele só atua até seu nascimento. Basicamente Morgan reconhece, ou caracteriza, esses estágios levando em conta a forma como o homem obtém progressos na produção de produtos de subsistência. Assim sendo, segundo ele

[...] a habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo no grau de superioridade e domínio do homem sobre a natureza: o homem é, de todos os seres, o único que logrou domínio quase absoluto na produção de alimentos. Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência. (ENGELS, 1984, p. 22)

De forma mais detalhada, o autor caracterizou, de acordo com as pesquisas de Morgan, o mencionado grupo indígena, correlacionando-o com a sociedade inglesa - grupo social do qual fazia parte. Havia nesta caracterização três estados: o selvagem, a barbárie e o civilizatório.

Em relação ao estado selvagem, há uma divisão em três fases. A saber: inferior, média e superior. (ENGELS, 1984) A fase inferior é reconhecida como a infância do gênero humano. Nesta, os indivíduos, apesar de ficarem nos bosques tropicais e subtropicais utilizando basicamente as árvores para viverem, compartilhavam o ambiente com feras selvagens e utilizavam como alimento os frutos, as nozes e as raízes. A linguagem articulada foi um dos principais progressos desse período. Acredita-se que essa fase durou milênios, mas levando-se em conta

que o homem se originou do reino animal, pode-se aceitar esse estado transitório como verdadeiro. (ENGELS, 1984)

No estágio denominado de fase média, acontece a introdução de peixes e outros animais aquáticos na alimentação do homem. Também se registra o uso do fogo. Esses dois fatores permitiram que este ser se tornasse mais independente do clima e da localidade, pois seguindo o curso do rio e as costas dos mares, mesmo ainda mantendo seu estado selvagem, pôde se espalhar mais amplamente sobre a superfície terrestre. Ainda nesta fase acontece a produção de instrumentos toscos de pedra, conhecidos como paleolíticos, produzidos sem polimentos. Muitos desses instrumentos foram encontrados espalhados por diversos lugares, o que confirma a locomoção extensa dessas pessoas à época. Esse período recebe o nome de Idade da Pedra. (ENGELS, 1984)

Por fim, na fase superior, começa a invenção do arco e da flecha, o que possibilita a ação de caçar e o uso de alimentos caçados para alimentação do ser humano. Tanto o arco, como a flecha e a seta já se constituíam como instrumentos, cuja complexidade inventiva dá margem a se pressupor que ele já acumulava vasta experiência, como também possuía complexidade na forma de pensar e articular ideias, apesar de se encontrar nessa fase evolutiva. Ainda não se conhecia a arte da cerâmica, e, é esse conhecimento que inicia a fase da barbárie.

Dessa fase encontram-se vestígios que permitem acreditar na existência de residências fixas, de aldeias e da habilidade de produzir utensílios de madeira. (ENGELS, 1984)

Segundo este autor, em relação ao estado da barbárie há uma divisão em três fases, a saber: inferior, média e superior. (ENGELS, 1984) Como o estado anterior trata-se da sistematização de um processo evolutivo, isso acontece de forma contínua, ou seja, apesar de receberem nomes iguais essas fases se constituem por características diferentes.

A fase inferior inicia-se com o uso da cerâmica, e possui como característica principal a domesticação, a criação de animais e o cultivo de plantas. É quando aparece a diferença de condições naturais entre os dois continentes. No continente oriental, chamado mundo antigo, tanto a domesticação de animais, quanto o cultivo de cereais eram bem desenvolvidos. No continente ocidental, a América, só havia

um animal domesticado - a lhama - e em uma parte do sul; e, de cereal só se cultivava o milho. A partir desse momento, graças às condições naturais diferentes, a população de cada hemisfério passa a se desenvolver de forma diferenciada. (ENGELS, 1984).

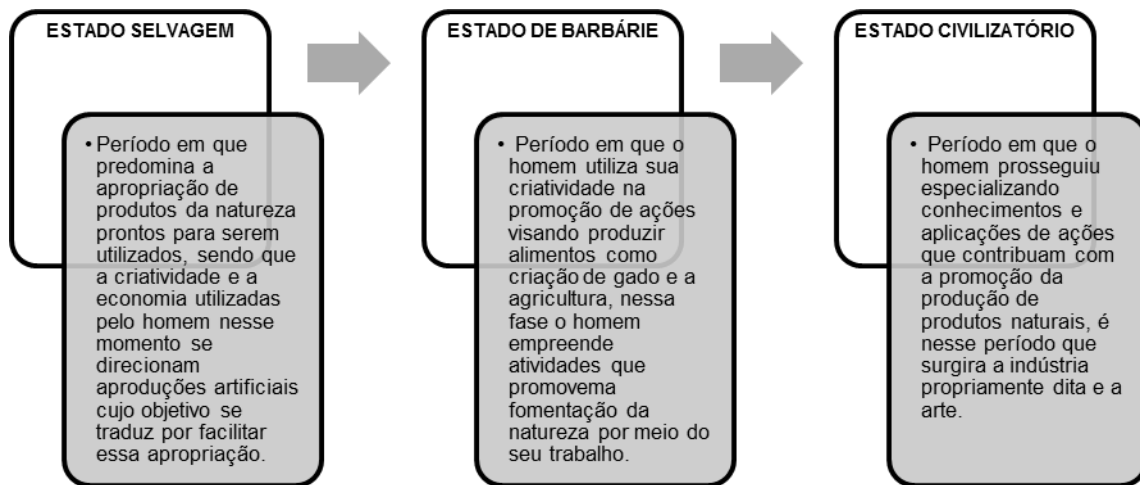
Observaram-se nessa fase diferentes estruturas, em diferentes regiões. No Oeste os habitantes se encontravam na fase inferior da barbárie, viviam em casas de madeira, que formavam aldeias protegidas por paliçadas, cerca feita com estacas apontadas e fincadas na terra. No Noroeste, as tribos moravam principalmente nos vales do rio Colômbia e estavam na fase superior do estado selvagem, não conhecendo a cerâmica nem as práticas simples de cultivo de plantas.

Em relação ao Centro-americano, os índios, chamados “*pueblos*” no Novo México, viviam em casas de adobe, ou pedra, em forma de fortalezas; utilizavam irrigação artificial nas suas plantações de milho e outros vegetais comestíveis e já tinham domesticado alguns animais. Além disso, sabiam trabalhar com alguns metais, exceto o ferro, que teve o seu desenvolvimento autônomo uterino interrompido, ou seja o desenvolvimento interno não se relacionava com o externo, por conta da conquista espanhola nessa região.

Já no leste as características podem ser delimitadas pela domesticação dos animais para o fornecimento de leite e carne, com formação de grandes rebanhos. Essa ação foi responsável pelo deslocamento dessa população para áreas que antes eram inabitáveis pelos seus selvagens avós e até para os homens da fase inferior à barbárie. Engels (1984) ainda informa que, é bem provável que o cultivo de cereais nasce primeiramente da necessidade de produzir forragens para os animais, e que só mais tarde, plantar para consumo passa a ter importância na alimentação humana. (ENGELS, 1984)

Inicia-se a fase superior com a fundição do minério de ferro, passando a civilização com a invenção da escrita alfabética e sua utilização na produção de registros literários. Essa fase, como aconteceu com a anterior, se diversifica de acordo com cada região. Com base nessas informações, Engels (1984), sintetiza o quadro do desenvolvimento da humanidade, conforme apresenta-se na Figura 1 que segue.

Figura 1 – Desenvolvimento da Humanidade



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Engels (1984).

Resumindo, o desenvolvimento da humanidade formulado historiciza a passagem do estado selvagem e da barbárie, até o começo da civilização, com traços característicos bem ricos, que atrelam este desenvolvimento a forma humana de usufruir e transformar o ambiente onde vive, de maneira econômica e criativa, para garantir a manutenção de sua espécie. Nesse contexto, já podiam ser visualizadas práticas rudimentares de ações organizadas, a qual viria a se especializar com o passar do tempo. Originando um esboço de ações que inicialmente se caracterizou como precursor da economia, sendo essa constituída pela prática de compartilhamento dos bens de consumo e divisão dos pares. Ressalta-se que, a princípio esta economia não possuía o objetivo de acumular bens, nem se caracterizava pela prática de produção de bens. Havia sim, a busca da manutenção da subsistência no local habitado. (ENGELS, 1984)

Credita-se que, o desenvolvimento e a necessidade de sobrevivência humana, no período do estado civilizatório, foram responsáveis pelo advento do processo econômico. Primeiramente elementar, compreendendo que este surgiu como forma de permitir a utilização por mais tempo, e de maneira mais adequada, dos recursos necessários para a promoção da sua existência. Recursos esses, inicialmente produzidos de modo lento, limitado e espontâneo, sem uma intervenção planejada do homem. (ENGELS, 1984)

Diz ainda Engels que, com o passar do tempo, as relações sociais humanas se transformaram. Antes nômades, passaram a ser sedentários, fixando a sua existência em um local. Junto com essa nova forma de habitar o espaço, surgem outras demandas existenciais que promovem a necessidade de serem atendidas. Se antes eles retiravam do ambiente os subsídios necessários para a sua existência, sem pensar em promover ações sistematizadas que contribuíssem para que estes subsídios continuassem a existir, por estarem fixos, passaram a ter a necessidade de promover ações, cujos objetivos terminaram por contribuir para a produção e manutenção dos recursos necessários para a sua subsistência nesse espaço, antes usado de forma basicamente predatória. (ENGELS, 1984)

Essa transformação leva ao surgimento da propriedade privada, que acompanha as transformações das relações familiares - passam da formação sidiásmica, onde o papel da mulher possui caráter fundamental, havendo facilidade de dissolução do vínculo conjugal, contudo os filhos pertencem a mãe, para a organização monogâmica. Essa reorganização social leva a representação de uma família primitiva, que não está fundada nas condições naturais e sim nas condições econômicas, sendo fruto da propriedade privada sobre a primitiva propriedade comum. A evolução na organização da família, que deixa de ser sidiásmica para se tornar monogâmica, promove mudanças também na forma como esses sujeitos vão se relacionar. Desse modo a palavra economia ganha novas características. (ENGELS, 1984)

3.1. ECONOMIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO

Mankiw (2001), associa a palavra economia e família. Segundo o autor o termo grego *oikonomos*, pode ser entendido como “aquele que administra um lar”. Isto colabora com a veracidade das informações inicialmente relatadas, pois atesta que a palavra economia tem como origem as relações familiares, ou seja, as primeiras relações sociais que o homem comumente vivencia na sua existência. A princípio, essa origem pode parecer estranha, contudo, de fato, os lares e a economia possuem muito em comum.

Ressalta ainda Mankiw (2001, de forma pontual que, numa família existe a necessidade de se delimitar obrigações, cujo objetivo central se constitui como a manutenção da mesma. Essas obrigações promovem ações e responsabilidades para seus membros. Nesse momento são definidas tarefas que cada um destes membros deve cumprir. Essas ações cotidianas, apesar de parecerem elementares, são de fundamental importância para a manutenção da família como tal, pois se orientam para atender a necessidade de manutenção dos recursos fundamentais de manutenção desse grupo social. Em síntese,

[...] cada família precisa alocar seus recursos escassos a seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, os esforços e desejos de cada um de seus membros. Assim como uma família, uma sociedade deve tomar muitas decisões. (MANKIW, 2001, p. 29)

Nesse processo é preciso descobrir uma forma de decidir que tarefas serão executadas e por quem. Sendo as demandas diversas, assim como as tomadas de decisão. Diante disso, se faz necessário definir, de maneira clara e pontual, qual membro será responsável por cada atividade. (MANKIW, 2001).

Nessa perspectiva o espaço social é reconhecido comumente como micro e exemplificado pela família. A partir de então surge um espaço social maior que é a sociedade. Essa mudança promove a compreensão de que, ao se aumentar o número de pessoas de um determinado grupo, ampliam-se equitativamente as necessidades e as ações fundamentais que possibilitem atendê-las nas suas demandas sociais. Inicialmente a sociedade vai alocar as pessoas, para em seguida demarcar e determinar quem vai ser responsável por cada ação. Nesse ponto a palavra economia passa a se constituir como o estudo de como a sociedade administra seus recursos. Assim, compreende-se que, se expandem as necessidades existenciais e também as ações para as atender. (MANKIW, 2001).

Com a internacionalização, o problema de escassez que sempre foi um entrave econômico para todos os países, se torna ainda mais evidente, e é justamente a escassez a base para existência e estudo da economia.

Passos e Nogami (2005, p. 4), dizem que:

A escassez existe porque as necessidades humanas a serem satisfeitas através do consumo dos mais diversos tipos de bens (alimentos, roupas, casas, etc.) e serviços (transportes, assistência médica etc.) são ilimitadas ao passo que os recursos produtivos (máquinas, fábricas, terras

agricultáveis, matérias-primas etc.) a disposição da sociedade, e que são utilizados na produção dos mais diferentes tipos de produtos são insuficientes para se produzir o volume de bens necessários para satisfazer as necessidades de todas as pessoas.

Buscando identificar recursos produtivos, a economia tem como papel estar atenta às transformações sociais e políticas e seus efeitos na sociedade. Nesse sentido, Hazlitt (2010, p. 24) diz que, a “[...] arte da economia está em considerar não só os efeitos imediatos de qualquer ato ou política, mas, também, os mais remotos; está em descobrir as consequências dessa política econômica.” Nos anos 70 (setenta) começa uma crise mundial que desencadeia uma busca de alternativas econômicas para todos os países.

A partir da crise do fordismo [década de 70], surgem discussões sobre novas metodologias para promover processos produtivos que reverberam de forma pontual sobre as interfaces que os constituem. Uma das alternativas é a chamada flexibilização da economia ou toyotismo, ou ainda, pós-fordismo⁶. Tal crise faz com que a sociedade busque novas vias de entendimento para a economia e é nessa busca que surge a Economia Criativa.

⁶ Segundo Alves (1999), o pós-fordismo é uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial. Ele surge na década de 1980 e se caracteriza como sendo "mundialização do capital", denominação utilizada para retratar o fenômeno da "globalização" a partir de um posicionamento crítico. A mundialização do capital é um novo regime de acumulação capitalista que representa um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento do capitalismo. Há diferentes denominações para o fenômeno, atribuídas por diferentes autores. A saber: "crise de superprodução" (BRENNER, 1999); "produção destrutiva" (MÉSZÁROS, 1997); "acumulação flexível" (HARVEY, 1993); "Mundialização do Capital" e "Mundialização Financeira" (CHESNAIS, 1994, 1999).

4 ECONOMIA CRIATIVA: PENSAMENTO E AÇÃO DE CELSO FURTADO

O nascimento de uma nova ciência surge com a necessidade de se analisar, compreender e interpretar melhor os fatores que já fazem parte do contexto social, correlacionando-os com a época em questão. Sobre o advento da economia, Mises (2010) informa que,

[...] a economia abriu para as ciências humanas um domínio até então inacessível, no qual não se havia jamais pensado. A descoberta de uma regularidade na sequência e interdependência dos fenômenos de mercado foi além dos limites do sistema tradicional de saber, pois passou a incluir um conhecimento que não podia ser considerado como lógica, matemática, psicologia, física, nem como biologia. (MISES, 2010, p. 21)

No seu surgimento, a economia era vista como intrusa, porque confrontava com o sistema tradicional de ciências existentes, daí a necessidade de uma interpretação de sua aplicabilidade e do tratamento dado pelos economistas na época. Diz o autor, que na

[...] nova ciência, tudo parecia problemático. Ela era uma intrusa no sistema tradicional de conhecimento; as pessoas estavam perplexas e não sabiam como classificá-la nem como designar o seu lugar. Por outro lado, estavam convencidas de que a inclusão da economia no sistema de conhecimento não necessitava de uma reorganização ou expansão do programa existente. Consideravam completo o seu sistema de conhecimento. Se a economia não cabia nele, a falha só podia estar no tratamento insatisfatório aplicado pelos economistas aos seus problemas. (MISES, 2010, p. 24).

A economia como ciência provocou grandes debates em relação a sua teoria e sua aplicabilidade. Muitos autores tentaram negar a importância e a aplicabilidade da teoria econômica. Os autores da linha do historicismo, que surge como uma nova concepção de ciência social e do conhecimento social, sugerem substituir a economia por história econômica. Os da corrente filosófica positivista, liderada por Auguste Comte, propuseram uma associação da interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento, recomendavam substituí-la por uma ilusória ciência social. (MISES, 2010) Nesse debate surgem os economistas para defender essa nova ciência – a economia.

Assim como aconteceu no aparecimento da economia tradicional, ocorreram diversas manifestações a favor e contrárias à Economia Criativa em sua

configuração histórica. Ela não passou despercebida e abriu um debate mundial em relação ao seu conceito e aplicabilidade. A economia tradicional tem como base a reserva de valor tangível (terra, ouro, petróleo), a Economia Criativa aparece promovendo a reserva de valor intangível – a criatividade.⁷

A história é chamada para este trabalho, tanto pela trajetória do autor central que aqui se analisa, Celso Furtado, quanto pelo papel que a mesma desempenha em seu pensamento. Para ele não é só o fator econômico que é determinante na avaliação de um problema econômico, deve-se considerar também a história, a historicidade dos processos de desenvolvimento ou desigualdades. Pela história, como historiador, ele escreveu sobre nossa formação social, cultural e econômica e jogou luz nas relações entre desenvolvimento, dependência, cultura e criatividade.

Celso Furtado revelou a existência de novas possibilidades para superar o subdesenvolvimento, para se criar novo padrão societário, a partir dos valores, produtos da cultura e dos avanços tecnológicos. Como pensador da economia, ele trouxe novos parâmetros econômicos para tratar desenvolvimento, conceito que em sua perspectiva, torna-se central no combate às desigualdades sociais e regionais. Ele articulou em seu conjunto de teorizações sobre esta ciência, as condições de criatividade e valorização de iniciativas capazes de mobilizar sociedades para a construção de processos democráticos, de distribuição de renda. Defendeu um Estado que assegure a cidadania e proteção ao cidadão em todos os âmbitos.

Celso Furtado significou para o país a novidade. De modo próprio, após a segunda guerra mundial, saiu em busca de formação e do que havia de mais recente sobre economia. Teve participação marcante na construção das políticas internacionais para os países classificados como subdesenvolvidos pelas agências financiadoras internacionais. O momento pedia desenvolvimento e ele colaborou com a Nova Teoria do Desenvolvimento (1940/1950). Muito bem articulado com os pares de profissão e teóricos internacionais construiu a Teoria Estruturalista Latino-americana.

Teórico reconhecido, foi convocado por diferentes governos para colaborar na construção da política, pensamento e ação desenvolvimentista. Entre 1950 e 1970

⁷ Neste capítulo, a partir deste parágrafo, foram trabalhadas/analizadas as obras de Celso Furtado, através da interpretação do autor deste estudo,

trabalhou por uma política nacional desenvolvimentista. Para o nordeste brasileiro, C.F. significou visibilidade e atenção com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959). Contribuiu com o Plano Trienal (1963), elaborado para o Governo João Goulart, visando o combate à inflação e estímulo ao crescimento econômico, para construção de uma política de distribuição de renda. Um país que se endividava cada vez mais em razão das importações, precisava mudar seu padrão, e C.F. planejou este futuro, apostando na indústria brasileira, com um mercado aquecido e uma economia em crescimento.

Por inúmeras razões e fatores políticos que dominaram a cena, o Plano Trienal fracassou e o golpe militar de 1964 o abortou para redução de desigualdades, alegando ser “coisa de comunista”. Nas tensões sociais C.F. tentou a saída pacífica e continuou defendendo reformas econômicas de densidade, capazes de tirar o país da condição de subdesenvolvimento. Suas ideias econômicas eram também ideias políticas, e suas teorias econômicas refletem a própria história de formação do povo brasileiro. Um destino pós-colonial que ele tentou modificar.

Ele reconheceu e combateu características de sonegação e propinas em seu livro “A fantasia desfeita” (1989). Afirmou que o sistema fiscal favorecia o enriquecimento de poucos e a miséria da maioria. Como Ministro Extraordinário do Planejamento, em 1962, trabalhou pela estabilidade econômica se contrapondo aos ditames ortodoxos do Fundo Monetário Internacional. C.F. afetou o pensamento político brasileiro e foi um permanente crítico do econômico, mesmo afastado destes cenários.

Suas convicções atravessaram décadas, no entanto, suas produções e contribuições não estão evidenciadas na atualidade, na academia e em círculos de produção do pensamento social, econômico e político. Poderíamos lamentar este quadro, mas, preferimos reavivar a memória deste grande brasileiro, no que se refere à construção dos pilares da Economia Criativa, mundialmente falando. Ele não formulou política econômica para uso interno, restrito, falou para o mundo sobre o papel das políticas econômicas e seus efeitos sobre países subdesenvolvidos.

O fator desenvolvimento não pode ser tratado isoladamente, ele é composto por ações democráticas, por educação de qualidade, por ações humanas éticas e conscientes. De seu movimento político e econômico resultou um Brasil que

conheceu alguma estabilidade nos preços, que passou a falar e aprender economia, que iniciou crescimento econômico, acompanhado de mudança de mentalidade. A partir dele o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) reviram seus conceitos sobre desenvolvimento. C.F. contribuiu para a formulação do pensamento econômico latino-americano. Ele complexificou o debate trazendo elementos como meio ambiente, globalização, questão sócio-redistributiva, dentro da problemática do desenvolvimento latino-americano.

A relevância de sua obra não se limita à economia. Em sua produção há muito de história e uma extensa reflexão sobre a dimensão histórica dos fenômenos econômicos. A superação do subdesenvolvimento, numa busca incansável, seu pensamento singular, suas projeções teóricas e ações concretas, o trazem até o século XXI. Quando suas análises, pensamentos e medidas práticas ainda continuam adequadas, atuais, profundas e requerendo rememoração.

Este é o cerne da investigação, rememorar a produção teórica de C.F. que antecipou os componentes da atual conceitualização de Economia Criativa, assumida em 2011 pela Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo por Ministro o cantor e compositor Gilberto Passos Gil Moreira (Gilberto Gil). Há elementos fundantes no conceito, na política de governo que ditam raízes em C.F. Buscou-se solucionar eixos do pensamento do autor e averiguar como aparece em documentos do governo, de organismos internacionais e autores, selecionados por este estudo.

O pensamento de C.F. sobre a cultura, economia, política, sociologia, antropologia, educação, meio ambiente, revelam o caráter multidisciplinar de sua obra. Este feito confere à abordagem metodológica da análise cognitiva um lugar de absoluto conforto. Sua obra primaz no tema hoje nomeado Economia Criativa, foi “Criatividade e dependência na civilização industrial”, publicado em 1978.

Entre 1986 e 1988, no Governo de José Sarney, C.F. foi Ministro da Cultura, enquanto especialistas cogitaram seu nome para a pasta do Ministério do Planejamento, da qual foi o primeiro ocupante do governo João Goulart. No momento de saída do longo e perigoso túnel da ditadura, o país precisava de (re)construção e o pensamento furtadiano foi posto de lado, e a sociedade submetida a choques econômicos. Ele, ao aceitar a tarefa de Ministro da Cultura,

que muitos consideravam menor, logo apresentou sua face de homem de ação e construiu o projeto de lei de incentivo à cultura, que foi sancionada e conhecida como lei Sarney, em 1986. Foi momento de virada para o campo da cultura no Brasil.

Seu perfil administrativo descentralizador, com a lei em vigência, impulsionou a produção em muitos setores, como: cinema, teatro, música, todos muito afetados pela censura da ditadura. No lugar de autoridade máxima na cultura, passa a tratar de conceitos econômicos que são atravessados pela cultura, que geram emprego e renda. São eles: Economia da Cultura e Economia Criativa, isto em 1978, em obra anteriormente citada. As denominações ainda em construção, pretendiam expressar o lugar da energia criativa humana na economia, ao tempo em que, espectro alocou o galho da Economia Criativa no tronco da Teoria Econômica.

Ele conseguiu seu intuito de ampliar o espectro de reflexão sobre o campo econômico, quando em 1970, lançou o ensaio “Sete Teses sobre a Cultura Brasileira”. O texto de tom histórico retorna à Semana de Arte Moderna de 1922, para tratar da edificação do conceito e ações da cultura no Brasil, quando os paradigmas europeus conhecem os de Macunaíma.

No processo aberto para pensar quem somos nós, brasileiros, C.F. retoma pressupostos e ações de Mario de Andrade, Fernando de Azevedo, Villa-Lobos, Portinari, que combateram o desenvolvimento imitativo. O comportamento mimético tomou grandes proporções e gerou o desenvolvimento desequilibrado, que deixou a maioria da população famélica. A reprodução da sociedade de consumo para onde nos levaria? Perguntou no ensaio. Afirma então que a única saída estará na criatividade impulsionada pela política e por uma coletividade cooperativa. Mas, insistiu ele, temos que reconhecer o que somos, que povo é este? Para pensar a relação cultura e desenvolvimento o auto reconhecimento é fundante.

Em suas “Sete teses sobre a cultura brasileira” (1984), considerando tal quadro, ele inicia por reconhecer a origem europeia e portuguesa. No entanto, suas tradições, costumes, tecnologias, ganharam contornos nestas terras. De forma contextualizada historicamente, ele descreve todo processo social, político e econômico envolvendo a colonização e a preocupação com a integridade territorial, em razão dos frutos econômicos. Nas relações inter-étnicas, os portugueses

continuaram mantendo seus laços com a Europa e os negros africanos escravizados e indígenas fugidios mantiveram-se no maior isolamento possível dos metropolitanos, exceto pelo comércio.

A nossa colonização e dependência se deu ao mesmo tempo que grandes viradas na Europa: o Renascimento, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa. Continuávamos no mesmo padrão colonial com a monocultura de exportação. Neste contexto elite e povo se mantinham em oposição, dado aos interesses diferentes. Quando se escuta Carlos Gomes, se lê José de Alencar e Machado de Assis, observa-se uma luta pela autonomia criativa em busca de uma cultura nacional. Com a independência colonial, dá-se a formação de um contexto sócio-político – administrativo que ensejará o surgimento da classe média, que se consolidou no processo de modernização dependente e reprodutora de valores eurocêntricos, baseado no modelo concentrador de rendas. O povo para sobreviver neste contexto invoca toda sua criatividade e a classe média termina usufruindo.

Conforme C.F. nas Sete Teses sobre a cultura brasileira em apreciação, para a efetivação de uma nova síntese cultural que absorva a força criativa do povo, duas condições devem ser cumpridas: aprofundar o processo de democratização e reduzir a desigualdade social. Sinalizou então, outro problema a enfrentar, que é o atraso tecnológico, o qual tem nos deixado reféns dos centros de produção. Será preciso pensar em um modelo que não mutile a cultura e uma política pública que estimule valores culturais, para que a atividade criativa ganhe força e se expanda.

Sobre C.F. e Economia Criativa, além de afirmar que ele foi provocador do aparecimento de um novo galho no tronco da teoria econômica, é preciso ressaltar sua visão de futuro. Ele defendeu políticas públicas para além da facilitação do consumo de bens culturais e a retirada de barreiras à inovação. Defendeu a liberdade de criar e todas as formas de liberdade a serem preservadas e vigiadas por todos que acreditam na força criativa da cultura brasileira.

Tendo dirigido a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de 1949 a 1957, foi convidado para a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU, no início da década de 1990. Nestes dois postos de ação internacional manteve-se fiel aos seus pressupostos sócio-econômicos em defesa de políticas públicas para atacar as desigualdades. A globalização que se fortalecia

neste início dos anos 1990, encontrou em C.F. um combatente. Ele revelou as tensões entre globalização e negação da cultura local, e alertou que agravaria desigualdades no plano internacional.

A extensa e densa produção de Celso Furtado sobre cultura, desenvolvimento e economia criativa -, termo assim utilizado por ele -, o gabaritaria a ser reconhecido como seu fundador. Apesar de se trazer para o trabalho o que tem sido apresentado como momentos originários da EC, reconhece-se que, os seus fundamentos e raízes estão em Celso Furtado.

4.1. ECONOMIA E ECONOMIA CRIATIVA PÓS CELSO FURTADO

Apesar do pensamento e ações de Celso Furtado anteriormente disposto, verifica-se que ainda não se chegou a um consenso por parte dos autores e pesquisadores em relação a qual terminologia deve ser utilizada, se: economia da cultura, indústria criativa ou economia criativa. A UNESCO entende e desenvolve suas atuações utilizando o conceito de economia da cultura, que engloba atividades relacionadas

[...] à criação, produção e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza e que estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São intensivos em trabalho e conhecimento e estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização.” (UNESCO, 2010, p. 5)

Conforme o Relatório de Economia Criativa (2010, p. 5), muitos políticos e acadêmicos, particularmente na Europa e na América Latina, empregam o conceito de economia cultural ou o termo economia da cultura ao lidarem com aspectos econômicos da política cultural. Ou seja, economia cultural é a aplicação de análise econômica a todas as artes criativas e cênicas, às indústrias patrimoniais e culturais, sejam de capital aberto ou fechado.

De acordo com o Relatório de Economia Criativa (2004, apud ONU. UNCTAD, 2010), no Reino Unido se trabalha com o conceito de indústrias criativas e a utilização deste termo varia de país para país. O termo tem origem relativamente

recente. Surge na Austrália em 1994, com o lançamento do Relatório Nação Criativa. Ele ganhou maior exposição em 1997, quando legisladores do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido estabeleceram a Força Tarefa das Indústrias Criativas. (REIS, 2011)

Vale observar que, a designação indústrias criativas que vem se desenvolvendo desde então tem ampliado o escopo das indústrias culturais para além das artes, marcando uma mudança de abordagem às atividades comerciais.

Para a UNCTAD (2010, p. 40), a economia criativa

[...] é um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional, gera crescimento, empregos, divisas, inclusão social e desenvolvimento humano. É o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos.

O termo “economia criativa” apareceu em 2001 no livro de John Howkins sobre o relacionamento entre criatividade e economia. Para Howkins (2001, p. 9), “[...] a criatividade não é uma coisa nova e nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar extraordinário valor e riqueza.”

Howkins (2001) emprega o termo “economia criativa” de forma ampla, abrangendo 15 (quinze) setores da economia criativa, que vão desde as artes até os maiores campos da ciência e da tecnologia, quais sejam: gastronomia, arquitetura, publicidade, design, artes, antiguidades, artesanato, moda, cinema e vídeo, televisão, editoração e publicação, artes cênicas (*performing arts*), rádio, softwares de lazer, música e fotografia.

A Economia Criativa tem como reserva de valor a intangibilidade, destacando a criatividade e a inovação, marcando uma ruptura com os modelos econômicos anteriores, que se colocam de forma mais ortodoxa. Essa nova dinâmica exigirá de cada participante “inovação” e “criatividade”, em relação ao processo produtivo e de atividades de mercados, para fomentar os direitos de propriedade intelectual e comercial.

Abordam-se nesta tese, dois importantes conceitos trazidos do Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações, de 2011 a 2014. São

eles: Economia Criativa (EC) e Setores Criativos (SC), respectivamente. O conceito de economia criativa é trabalhado como:

[...] um conjunto de atividades culturais, econômicas e de gestão de negócios, que se originam no conhecimento, na criatividade, no capital intelectual individual ou coletivo, focadas em processos, produções de bens e serviços para a geração de trabalho e renda. (BRASIL, 2011, p.21-22).

Denominam-se setores criativos aqueles cujas atividades produtivas têm como insumos principais a criatividade e o conhecimento. Como estabelecido em algumas definições, parece bastante vago em função destes insumos serem imprescindíveis a toda e qualquer atividade humana, não podendo ser considerados fatores distintivos.

Segundo o referido plano, os setores criativos

[...] são aqueles cuja geração de valor econômico se dá basicamente em função da exploração da propriedade intelectual expressa numa percepção bastante restritiva, posto que, a propriedade intelectual não corresponde a um elemento obrigatório nem definidor único de valor dos bens e serviços criativos. (BRASIL, 2011, p. 22)

Acredita-se que, a distinção mais significativa para a Economia Criativa deveria se dar a partir da análise dos processos de criação e de produção setorial, ao invés dos insumos e/ou da propriedade intelectual do bem ou do serviço criativo.

Assim sendo, o conceito a ser trabalhado será aquele presente no Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. (BRASIL, 2011, p. 23) EC é um ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

Portanto, essa é a economia do intangível, do simbólico, que se alimenta dos talentos criativos, que se organiza individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Assim sendo, se caracteriza pela abundância e não pela escassez, possui dinâmica própria e, por isto, desconcerta os modelos econômicos tradicionais. Seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marco legal e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos.

E os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja

dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Indústrias criativas ou setores criativos, que em economia utiliza o termo indústria para se referir a um setor, são definidas como: “[...] indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual.” (ONU, UNCTAD, 2010, p. 34)

O conceito de EC, incluindo as indústrias selecionadas, foi replicado para diversos locais como: Cingapura, Líbano e Colômbia, independentemente das distinções de legislação e de direitos de propriedade intelectual de cada país.

Bezerra et al (2012, apud OLIVEIRA, 2013, p. 6), relatam a importância da EC no cenário contemporâneo, observando que esta deve ser analisada sob a mescla entre os preceitos da cultura e da economia, com foco nos resultados desta sobreposição, materializados nos bens e serviços forjados pela criatividade, talento e habilidade. Estes autores citam que, o inglês John Howkins foi o precursor das pesquisas e publicações em Economia Criativa, afirmando que a “[...] criatividade não é nova e nem é a economia, mas o que é novo é a natureza e a extensão da relação entre eles e como eles se combinam extraordinariamente para criar.” Diz ainda Bezerra (2013, p. 6), que é justamente Howkins que destaca a importância da criatividade e de sermos criativos.

Howkins (2013, p. 16-17), chama a atenção para a importância da propriedade intelectual, dos direitos autorais e das patentes, como diferenciais da indústria criativa, pois estes temas garantem o pertencimento dos fatores intangíveis aos desenvolvedores dos produtos criativos, permitindo-lhes gerar e acumular riquezas. Ainda observa Howkins que: “Somos animais criativos, *homo creator*, porém nossa criatividade nem sempre leva a um produto criativo. A equação criativa lida apenas com produtos criativos, não a criatividade e diferencia um produtivo de uma transação.” (HOWKINS, 2013, p. 17)

Barcellos (2015), ressalta que Madeira (2014) fez menção à criatividade ligada ao sujeito da criação, observando suas habilidades e competências criadoras, de forma que a criatividade no mundo do trabalho não se limitou somente a membros de uma classe específica, a chamada classe criativa, entendida como a criatividade no mundo do trabalho, que não está limitada somente a membros da

classe criativa. Trabalhadores de fábricas e prestadores de serviço sempre foram criativos de alguma maneira útil, bem como o conteúdo criativo de muitas funções associadas à classe trabalhadora e à classe de serviços, vem crescendo como os programas de melhoria contínua de várias fábricas, onde os operários contribuem com ideias. A Economia Criativa provoca um olhar para os investimentos intangíveis, pela sua atuação nas atividades artísticas e culturais. (MADEIRA, 2014, apud BARCELLOS, 2015)

O debate sobre o conceito de Economia Criativa tem início no século XXI, quando o conhecimento assume um papel importante como recurso para processos produtivos. O termo “indústrias criativas”, conforme menciona-se anteriormente, tem origem recente e sofre variações de país para país. Em 1997, o Reino Unido tornou-se paradigmático, por ter: contextualizado o programa de indústrias criativas, como resposta a um quadro socioeconômico global em transformação; privilegiado os setores de maior vantagem competitiva para o país e reordenar as prioridades públicas para fomentá-los; e divulgado as estatísticas reveladoras de uma participação significativa das indústrias criativas na riqueza nacional (7,3% do PIB, em 2005), com crescimento recorrentemente impactante (6% ao ano, no período de 1997-2005, frente a 3% do total do PIB). (REIS, 2011)

Ainda na década de 1990, o governo britânico convidou representantes de instituições públicas e conselheiros do setor privado, para analisarem as contas nacionais e para a elaboração de novas estratégias, que propusessem uma maior competitividade ao país. Neste estudo, foram levantados treze setores com maior potencial competitivo para o país. Em comum estes setores tinham a Criatividade como diferencial. O estudo ainda ressalta que, o programa de indústrias criativas do Reino Unido, uma alternativa ao cenário socioeconômico pós-industrial, identificara os setores com maior vantagem competitiva, e os mesmos se tornaram prioridade das políticas públicas de incentivo a criatividade, com a criação de mecanismos que pudessem fortalecê-los, por meio de parceria ativa do setor privado. (REIS, 2011)

Para Madeira (2014), em face da necessidade de crescimento econômico dos países e de se estimular o desenvolvimento do comércio internacional é realizada no âmbito da ONU, em 1964, a “United Nations Conference on Trade and Development” (Conferência sobre o Comércio e o Desenvolvimento), com o objetivo de alinhar as relações do Comércio Internacional, pautadas não apenas pelos interesses

comerciais, mas também pelo desenvolvimento da economia mundial. Percebida a importância do tema com os trabalhos realizados na Austrália e Reino Unido, a UNCTAD passa também a incorporá-lo a partir de 1998. Entretanto, o maior mérito do programa britânico foi provocar reflexões acerca de mudanças estruturais no contexto socioeconômico global e nos embates culturais e políticos. (ONU, UNCTAD, 2012).

Diante disso, a EC tem levantado estudos em áreas relativas à revisão do sistema educacional cujos questionamentos estão voltados à adequação do perfil dos profissionais de hoje e anunciado a necessidade de novas profissões, novas propostas de requalificação urbana, com a geração de projetos de parques criativos, com o objetivo de reposicionar as chamadas cidades criativas, valorizando-se o intangível cultural por parte de instituições financeiras. Nesse sentido, exige novos modelos de mensuração, bem como um reposicionamento no papel da cultura, da estratégia socioeconômica, ou seja, trabalhar com conteúdos simbólicos e econômicos, evidenciando uma revisão da estrutura econômica, de cadeias setoriais para redes de valor, com o uso de novas tecnologias e inclusão de modelos colaborativos. (ONU, UNCTAD, 2012).

No Relatório do ano de 2012 entende-se que, a intersecção da criatividade com a cultura, a economia e a tecnologia, gera fluxos de capital intelectual, que potencializam a geração de emprego e renda, além de atuarem como focos de promoção da inclusão social, da diversidade cultural e, também, do desenvolvimento humano. (UNCTAD, 2012).

Reis (2008) assegura que, mais importante do que medir é definir o que medir. Assim sendo, se torna muito importante: encontrar as características de Economia Criativa adequadas a cada país ou região; identificar suas vantagens competitivas, sua unicidade, seus processos e dinâmicas culturais, as redes de valor criadas e o valor agregado potencial da intangibilidade de seus produtos e serviços.

O autor comenta ainda que, os primeiros livros publicados a respeito datam do ano 2000 e são marcados pelo foco em indústrias criativas: (CAVES, 2000), (HOWKINS, 2001); ou nas características e capacitação dos trabalhadores dessas indústrias (BENTLEY & SELTZER, 2009), (FLORIDA, 2011).

Caves (2000) entende por indústrias criativas as atividades econômicas relacionadas à arte, cultura e entretenimento em geral. Na visão de Howkins (2001), o divisor de águas da Economia Criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual a "moeda da Economia Criativa", expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes. Sendo assim, torna-se difícil dizer o que não integraria a Economia Criativa na sociedade contemporânea e qual diferenciação apresentaria, frente à economia do conhecimento.

John Hartley (2005, p .5) propõe uma definição plural:

[...] a ideia de Indústria Criativa busca descrever uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e os objetivos de mercado.

Percebe-se então nas transformações geradas pela convergência entre novas tecnologias e globalização, o essencial da Economia Criativa derrubando barreiras entre setores, reconhecendo o valor econômico da criatividade e dando origem a reações com a própria ratificação, em 2006, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, realizado em Paris.

Há, porém, um terceiro elemento de base nessa questão: a inadequação dos atuais paradigmas socioeconômicos em lidar com: as discrepâncias distributivas; forjar modelos sustentáveis de inclusão econômica e resolver os problemas de violência urbana, ambientais e sociais, que causam aflição; prática das artes criativas (talento individual), com indústrias culturais (escala de massa), no contexto das novas tecnologias de mídia (TIC) em uma nova economia do conhecimento; para o uso dos novos consumidores-cidadãos interativos.

A partir da coleta de dados/informações feitas para este estudo sobre as economias criativas e seu crescimento no mundo, se tornou possível fazer uma reflexão sobre os impasses conceituais e ideológicos entre as "indústrias" e as "economias" criativas. E, aprofundar-se nas diferenças e não nas afinidades entre as duas expressões se fez necessário, por ser um importante paradoxo e certamente o papel dilemático das inovações tecnológicas no incremento da Economia Criativa.

De um lado, o avanço tecnológico dá cada vez mais poder às indústrias do *copyright*, de outro, ele permite o acesso cada vez maior dos indivíduos à fruição e

ao protagonismo cultural, gerando produtores independentes, consumidores, novos empreendedores e empreendimentos no campo da cultura e da criatividade. Além disto, os Estados começam a conceber a cultura como um investimento e como um recurso para atrair investimentos, gerar renda, embora sejam mantidos os privilégios e assimetrias entre povos e países.

George Yúdice (2004) ressalta que, a cultura é um recurso do sistema capitalista para manter a lógica dos fins, isto é, as indústrias culturais reproduzem a lógica industrial da acumulação e da dependência, ao invés de produzirem redistribuição, colaboração ou solidariedade entre povos e nações, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

Assim, nos países ricos, a temática das chamadas indústrias criativas vem sendo festejada e acolhida, exatamente, por ser percebida como uma etapa mais sofisticada do sistema capitalista. Desse modo, não é de se estranhar que nesses países não se fale muito de economias criativas, mas sim de indústrias criativas, aquelas caracterizadas pelo valor agregado da cultura e da ciência e tecnologia na produção de seus bens e serviços, assim como pelo *copyright*, ou seja, pela proteção dos direitos do autor/criador. Essas indústrias vêm sendo valorizadas pelo seu desempenho econômico, embora não venham demonstrando capacidade de produzir inclusão social.

Observa-se ainda que, a expansão das indústrias culturais e criativas não traz benefícios equitativos a todos os países, nem regiões. Mas gera desigualdades econômicas, contribuindo para a manutenção de desequilíbrios históricos no acesso à comunicação, à informação e ao entretenimento, provocando o declínio da diversidade cultural. Assim, a exportação dos produtos das indústrias das músicas, telenovelas, filmes, (culturais) que se dá através da indústria dos escritores argentinos, colombianos e chilenos que publicam livros através de editoras de Madri ou Barcelona, de africanos que gravam CDs em Paris (transnacional), é fruto da “desterritorialização” da cultura.

Vale ressaltar um dos maiores paradoxos do consumo cultural planetário: enquanto alguns produtos culturais vendem aos milhares e milhões, fecham-se teatros, cinemas, livrarias, bibliotecas e centros culturais em todos os continentes. (UNCTAD, 2010)

A hegemonia das indústrias proprietárias de redes de telecomunicações, editoras ou dos canais de televisão, nem sempre tiveram compromisso com processos educacionais, contribuindo para a alienação dos indivíduos e a ampliação do consumo de produtos culturais de baixa qualidade. Entretanto, observa-se que as indústrias criativas somente reforçaram o abismo entre ricos e pobres, especialmente, entre os países dos hemisférios Norte e Sul. (UNCTAD, 2010)

D'Aguiar (2012), observa que é necessário não se perder de vista que as dinâmicas econômicas dos grandes conglomerados transformam alguns países em produtores e exportadores, enquanto outros são consumidores passivos de bens e serviços estrangeiros. Segundo ele, em 1984, o então Ministro da Cultura do Brasil, o economista Celso Furtado, em um encontro com os secretários da cultura dos estados brasileiros, afirmou: “Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento.” (FURTADO, 1984, apud D'AGUIAR, 2012, p. 82)

Furtado debateu sobre as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes e a Cultura, num esforço maior de compreender do que de explicar as armadilhas do capitalismo e de suas consequências para os países latino-americanos. No seu livro “Criatividade e Dependência nas Sociedades Industriais”, Furtado (1978) afirma que a política cultural tem por finalidade liberar as forças criativas da sociedade. Liberdade de criar é, pois, da essência do conceito de desenvolvimento e insumo para a transformação social. Furtado vai ainda mais longe quando traz para o seu projeto de desenvolvimento a retomada da atividade artística enquanto “promessa de felicidade”. Ressalta ele ainda, a importância da construção de novas atividades políticas, de novas relações de gênero, inclusive de uma nova ecologia. É quase profético o pensamento de Furtado na sua advertência às consequências nefastas dos modelos de desenvolvimento do século 20: a concentração de renda e de riqueza, a sonegação dos direitos sociais, a precarização do mundo do trabalho e a subalternidade da inserção internacional.

Celso Furtado luta por um modelo desconcentrado, onde a diversidade cultural possa ser tratada como um insumo estratégico para os países considerados subdesenvolvidos. Observa sempre que, o desenvolvimento seja menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade (FURTADO, 1978). E,

mais uma vez, toma as ideias de liberdade e criatividade como antídotos capazes de enfrentar a “fetichização” do homem.

Segundo Furtado (1978), a grande atividade criadora da humanidade é a política, que deve rejeitar as formas de vida desumanas propostas pela civilização industrial, cuja grande característica é o apelo ao consumo. O economista afirma ainda que, a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo. Dentre os maiores mercados dos setores criativos, os de entretenimento são os mais importantes, exatamente os setores afeitos às indústrias culturais e de comunicação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, esses mercados são considerados estratégicos e têm recebido elevados investimentos no decorrer das últimas décadas. Por isso, para esse país, o *copyright* tem especial importância, diferentemente dos países onde a produção de bens pode ser comunitária (especialmente a que se refere às culturas tradicionais, como é o caso do artesanato, ou mesmo da cultura digital, através do acesso aos softwares livres e às licenças *Creative Commons*. Os dados trazem evidências, mas, sobretudo, suscitam grandes desafios, especialmente, para os países que não aparecem ou que aparecem de forma insatisfatória nos relatórios mundiais sobre a Economia Criativa.

Em 2010, a UNCTAD busca ampliar seu escopo de pesquisa, das indústrias para as economias criativas. Com a segunda e a terceira edição do Relatório, o conceito de Economia Criativa, ainda em construção, começa a se ampliar. Pela ausência de indicadores, o Relatório se torna mais qualitativo, e se dedica a apresentar cases de sucesso em setores criativos nos diversos países. Os Relatórios, em suas três edições (2008, 2010 e 2013) trazem os seguintes conceitos sobre a Economia Criativa: um em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico; estimulam a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo, promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano; abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo; conjunto de atividades econômicas baseado no conhecimento, caracterizado pela dimensão do desenvolvimento e de interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral; e uma opção de desenvolvimento viável que demanda

respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. (UNCTAD, 2010, p.10)

Apesar do esforço de compilação de dados/informações sobre a Economia Criativa mundial, realizados pela UNCTAD e pela UNESCO nos últimos anos, muitos países continuam “invisíveis” aos Relatórios, em função da inexistência de sistemas de informações, de metodologias, de indicadores capazes de trazer uma efetiva ampliação do conceito de Economia Criativa, que continua, ainda hoje, praticamente reduzido ao âmbito das indústrias. O resultado é que, malgrado a riqueza do patrimônio natural e cultural dos países do Sul, os mesmos não desenvolvem políticas públicas que viabilizem dinâmicas econômicas que estimulem os setores culturais e criativos.

Na construção de um conceito é preciso priorizar escolhas, optar por visões de mundo, enfim, definir significados a partir do lugar em que se encontre. Se o conceito de indústrias criativas data de duas décadas, os significados das economias criativas como substratos de um desenvolvimento incluyente e sustentável, ainda carecem de aprofundamento e de operacionalidade. (UNCTAD, 2010).

No conceito de indústria criativa pode-se entender que há uma convergência de três campos anteriormente mantidos separados: as artes, as indústrias culturais e as novas tecnologias digitais de informação. A convergência entre indústrias de mídia e informação, o setor cultural e das artes, promove o desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento. O setor das indústrias criativas opera em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural, apresentando uma grande variedade de atividades que possuem como núcleo a criatividade. (BENDASSOLLI & WOOD JR, 2009, apud SERAFIM et al, 2013)

Em 2012, foi institucionalizada, no Ministério da Cultura do Brasil, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), que travou durante esse processo um debate importante sobre a diferenciação entre “indústrias” e “economias” criativas. Enquanto conceito, a Economia Criativa foi denominada no Brasil como: “[...] a economia resultante das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e

serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.” (BRASIL, 2011, p. 23).

No conceito de Economia Criativa da SEC não estão definidas as características essenciais das chamadas “indústrias criativas” anglo-saxãs, especialmente, no que concerne à propriedade intelectual. Afinal, trata-se de problematizar o conceito das “indústrias criativas”, para se avançar em uma nova conceituação e em novos princípios, e também, para o desenvolvimento de uma Economia Criativa que assuma um papel estratégico nos Planos de Governo dos países do Sul.

Na perspectiva de um conteúdo próprio às economias criativas dos países abaixo da linha do equador, a criação da SEC se constitui numa notícia alvissareira. A Secretaria nasce menos preocupada com uma conceituação fechada a respeito da Economia Criativa do que com os quatro princípios, citados a seguir no Quadro 1, que devem fundamentá-la. Sem eles, não será possível garantir a necessária redistribuição de renda, assim como promover a qualidade de vida, o acesso, o protagonismo e a cidadania aos brasileiros e brasileiras.

Quadro 1 – Princípios da Economia Criativa

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Diversidade Cultural	Valorizar, proteger e promover a diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento.
Inclusão social	Garantir a inclusão integral de segmentos da população que em situação de vulnerabilidade social por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho, renda e empreendimentos criativos.
Sustentabilidade	Promover o desenvolvimento do território e de seus habitantes garantindo a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.
Inovação	Fomentar práticas de inovação em todos os setores criativos, em especial naqueles cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais.

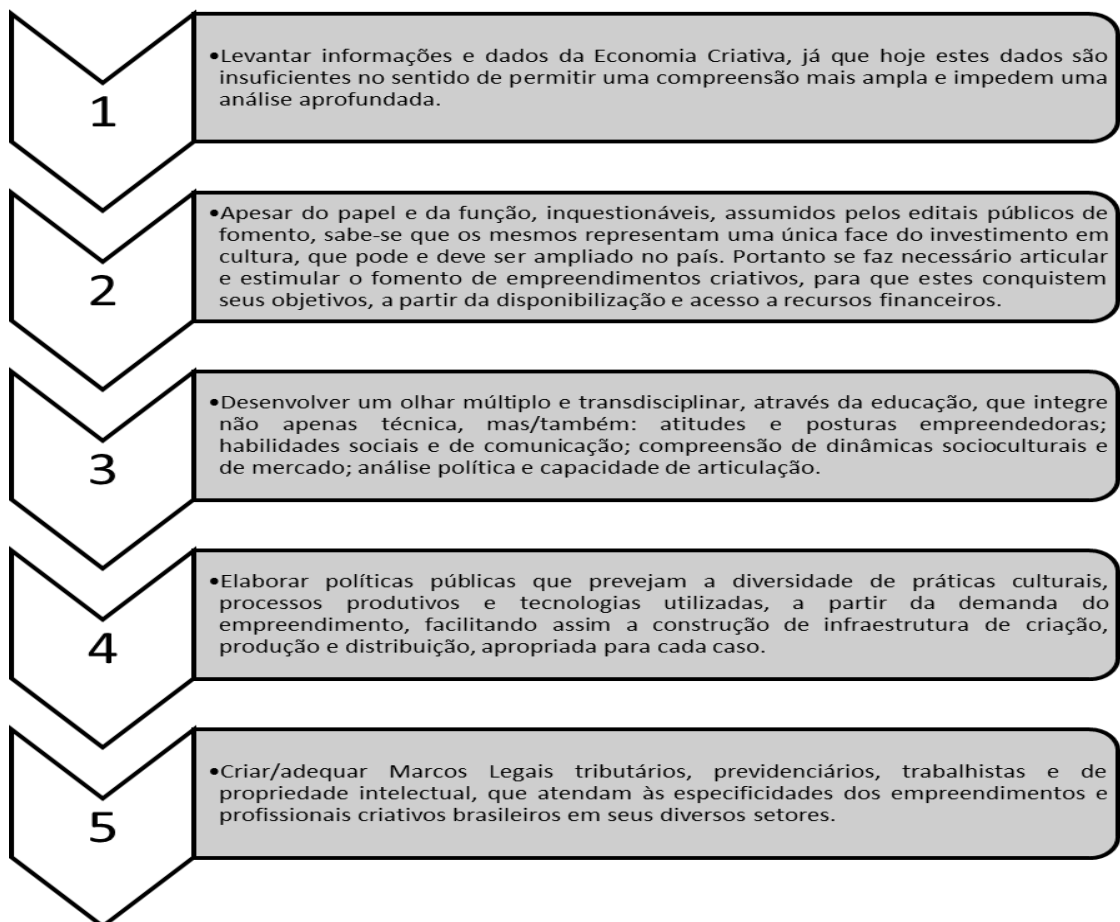
Fonte: Adaptado do Plano da SEC 2011-2014 (BRASIL, 2011).

Por outro lado, a Secretaria assume para si, desde a sua estruturação em 2011, a liderança na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas

estruturantes, para enfrentar alguns desafios, dentre eles o levantamento de dados, funções e políticas públicas.

Em 2011, o Ministério da Cultura criou a Secretaria da Economia Criativa⁸, com a missão de conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. Mas os desafios continuam instigantes. Necessita-se de pesquisas, de indicadores e de metodologias que garantam a confiabilidade dos dados desta nova economia. Carece-se de novas linhas de crédito para fomentar os empreendimentos criativos brasileiros. Os desafios para a Economia Criativa brasileira estão voltados para 5 (cinco) pontos centrais, conforme apresenta a Figura 2.

Figura 2 – Desafios atuais da Economia Criativa no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano da SEC (BRASIL, 2011).

⁸ Foi criada no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e extinta em seu segundo mandato.

Celso Furtado considerava que o acesso, a qualidade de vida e a ampliação de escolhas constituem pressupostos fundamentais ao desenvolvimento. Um desenvolvimento desconcentrador, fundamentado na diversidade cultural brasileira, marcado pela inovação, enfim, um desenvolvimento onde o progresso tecnológico caminhe de forma harmônica com o acesso aos seus produtos e serviços pelas camadas mais amplas da sociedade brasileira. Vinte e cinco anos depois da gestão de Celso Furtado, à frente do Ministério da Cultura, institucionalizou-se no Governo Federal uma pasta cujo objetivo é liderar políticas públicas voltadas a retomar, reavivar e ressignificar as relações e as conexões entre cultura e desenvolvimento, com a missão de contribuir para transformar a criatividade brasileira em inovação e a inovação em riqueza.

É preciso construir uma nova educação para as competências criativas, além de infraestrutura que garanta a criação/produção, difusão/circulação e fruição/consumo de bens e serviços criativos dentro e fora do país. Por último, há que se produzir marcos regulatórios, sobretudo, tributários, trabalhistas, previdenciários e civis, que permitam o desenvolvimento das dinâmicas econômicas dos setores culturais e criativos brasileiros.

Enfim, maior do que os desafios relativos ao desenvolvimento da Economia Criativa brasileira são os riscos de que se a reduza em nosso país, ao domínio das indústrias culturais e, por conseguinte, ao mero pragmatismo neoliberal.

4.2. PÓS – CELSO FURTADO

Com base na compreensão de que os conhecimentos podem possuir qualidades atemporais, este estudo se concretiza na pretensão de contribuir com a divulgação do memorável acervo de Celso Furtado, compreendendo nesta perspectiva que o torna inesquecível e de imensurável valor histórico na atualidade, apesar de suas contribuições se constituírem em décadas passadas, apresenta e descerra compreensões sobre a economia brasileira na atualidade. “A crise econômica no Brasil”, está nos dias de hoje tão presente como foi no século

passado. A partir deste ponto de vista, este capítulo visa contribuir com a promoção do enlace da obra de Celso Furtado com os processos econômicos que são realizados no país, e após esta análise, encontrar como esta união contribui com o desenvolvimento do campo da Economia Criativa no Brasil atual.

Antes de prosseguir com a socialização dos estudos de Celso Furtado, fez-se necessário ressaltar que o mesmo foi um economista brasileiro, cujo objeto de estudo baseava-se na análise fenomenológica do seu campo de atuação, a economia, compreendida por ele como sendo constituída por um fluxo de uma substância fundamental, nomenclatura com a qual ele identifica “a crise econômica no Brasil” de outrora. Reincide em ser uma crise atemporal, um devir orgânico e contínuo, e, diante de questões de interesses inerentes ao contexto político e econômico do Brasil, pauta seu pensamento no mundo polarizado, e sempre para o seu objeto em estudo, “a crise econômica”.

Entre as várias obras deste autor temos o livro “Formação Econômica da América Latina”, edição de 1970, em que ele toma como base constitutiva descrever que “[...] o estudo da formação econômica do Brasil, particularmente a partir de meados do século passado, requer a sua inserção no quadro regional, da mesma forma que exige uma nítida percepção do comportamento dos polos dinâmicos da economia mundial.” (FURTADO, 1970, p. 9). Ação que se finda por guiar seu público alvo, os leitores, ao entendimento de que o Brasil, assim como os demais países da América Latina, está em constante e intensa atividade econômica.

Contudo, se faz necessário mensurar o comportamento dos polos dinâmicos, para que assim, formulem-se instrumentos favorecedores do dinamismo desta atividade em consonância concomitante com os polos afins, e, igualmente a obtenção de resultados significantes, para que sejam ampliadas as características físicas e o quadro demográfico. Furtado (1970), ressaltando aspectos particulares da situação brasileira, enfatiza ainda que se deve compreender a natureza das estruturas políticas que estão na base dos Estados Latino-americanos. Diz ele que:

No decorrer do século compreendido entre os anos de 1800 e o primeiro conflito mundial, implantou-se um esquema de divisão internacional do trabalho e tomou forma um sistema de economia mundial. As atividades econômicas de uma parcela crescente da população mundial passaram a comportar-se como elementos interdependentes de um conjunto articulado. (FURTADO, 1970, p. 57)

Assim sendo, os países buscaram desenvolver atividades para promover o crescimento e acompanhar essas transformações sociais e econômicas. Neste sentido, C.F. apresenta algumas características como: a elevação da taxa de crescimento econômico de muitos dos países como um fenômeno de projeção histórica; a dinamização do quadro demográfico e a rápida expansão de um fundo de conhecimento técnico transmissível, relacionado com as formas de produção -, compreendendo que no processo de formação de um sistema econômico mundial, essas formas de produção ganham significação na estruturação das relações internacionais, ressaltando alguns pontos como: existência de um núcleo com um avanço considerável no processo de capitalização; formação de um sistema de divisão internacional do trabalho sob a hegemonia do polo de crescimento anteriormente indicado e a criação de uma rede de transmissão do progresso tecnológico.

Nesse sentido, podemos perceber claramente a relação dos conceitos e ideias de Celso Furtado com a concepção da economia criativa. Constata-se no relatório da economia criativa (2010) que a mesma precisa de uma abordagem mais holística ao desenvolvimento, visto que o citado autor contempla em suas ideias, dentre outras abordagens, a importância da cultura, da criatividade e da inclusão social.

Diante disto, é hora de se distanciar do foco global e olhar mais profundamente por um prisma local, identificando especificidades e identidades dos países e reconhecendo suas diferenças culturais e econômicas, de modo a capturar suas reais necessidades e ambiente circundante. Acredita-se ser crucial que se explore a interligação entre as capacidades criativas, o comércio, o investimento e a tecnologia, percebendo como ela pode ser traduzida em uma vibrante economia criativa que seja capaz de contribuir para a prosperidade econômica e a redução da pobreza.

Na construção do livro “Prefácio à Nova Economia Política (1976), C.F. se debruça a procura de respostas às questões que precisavam ser melhor tratadas para assim obter uma filosofia da ação. Mais precisamente, o autor disserta que: “A análise dos processos econômicos - sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação.” (FURTADO, 1962, p. 16).

Na economia criativa a busca por essa ação está justamente em identificar os talentos criativos, conforme mencionado anteriormente, por se caracterizar pela abundância e não pela escassez. A nova economia possui dinâmica própria e, por isto, desconcerta os modelos econômicos tradicionais. Embora seus novos modelos de negócio ainda se encontrem em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos.

O autor em seu livro “A Pré-Revolução Brasileira” (1962), destaca a certeza da necessidade de formular/encontrar uma teoria mais ampla, que permitia compreender e explicar fenômenos mais complexos, além de recomendar que, não se deve perder de vista que a economia é uma ciência social e como tal, sofre influências do meio do qual faz parte. Se, por um lado, alguns fenômenos de curto prazo podem ser explicados sem a necessidade de um aprofundamento que contemple o comportamento global, por outro, a compreensão de certas classes de acontecimentos só acontecerá com a elaboração de um quadro teórico mais geral e global, contudo orientado pela busca da compreensão da realidade. Pontua ainda que, em alguns casos a estática econômica é suficiente para alcançar as respostas procuradas, contudo em outros casos só a macroeconomia possibilita encontrar um resultado mais fidedigno.

Na visão de Viceconti e Neves (2012, p. 7), macroeconomia é um

[...] ramo da teoria econômica que estuda o funcionamento da economia como um todo, procurando identificar e medir as variáveis que determinam o volume da produção total, o nível de emprego e o nível geral de preços do sistema econômico, bem como a inserção do mesmo na economia mundial.

Nesta perspectiva, Furtado (1978, p.11), orienta que na prática da economia é preciso entender que: “**Dinamizar** significa, necessariamente, tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto, desbordar os limites do “econômico.”. Diante disto, faz-se necessária a reflexão e compreensão dos processos históricos e sociológicos, num âmbito global. Com esta visão de um lugar inserido num tempo global, tem de ser levado em conta um “tempo próprio” não universal. Então, no lugar de um modelo de sociedade, leva-se em conta vários modelos. Enfim, uma simplificação excessiva, pode levar a resultados insatisfatórios.

Na mesma linha de raciocínio pode-se verificar que, a economia criativa tem como base a relação com as diversas áreas de atuação e com as mudanças sócio-

econômicas mundiais, para isso ela busca conhecimentos diversos em todas as áreas e entende que sua aplicabilidade utiliza as características do espaço, local e a influência da cultura sobre eles.

Segundo o Plano da Economia Criativa 2011-2014:

É praticamente impossível se pensar atualmente em produtos criativos que se restrinjam a uma única área ou segmento criativo. Desfiles de moda, por exemplo, são realizados com espetáculos de música; espetáculos de dança se integram a projeções audiovisuais; a editoração de livros se faz por meio da indústria de conteúdos das novas mídias, etc. A mescla de várias linguagens e áreas tornou-se prática comum nessa nova economia, estimulada em função tanto das facilidades geradas pelas novas tecnologias, quanto pela capacidade criativa de se construir e se interagir de modo multidisciplinar. Afinal, falar de economia criativa é falar de transversalidade, de intersetorialidade, de complexidade, ou seja, do que é “tecido conjuntamente”. Apesar da religação dos conhecimentos e das práticas transversais da economia criativa, a categorização e a identificação de setores tornam-se fundamentais para o poder público, em virtude da necessidade de se qualificar e quantificar os atores, as atividades, os impactos e o desenvolvimento deste campo. (BRASIL, 2011, p. 25)

O pensamento de Celso Furtado em relação à economia foi trabalhado pelo método histórico-indutivo. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2001), em seu artigo “Método e paixão em Celso Furtado”, cita que Celso Furtado desenvolveu o seu pensamento sendo fiel ao método histórico-indutivo.

Diz ainda que, apesar de usar constantemente sua capacidade logico-dedutiva, sempre o fez a partir dos fatos históricos e da sua tendência a se repetirem, não a partir de uma pressuposição de comportamento racional. Enquanto historiador econômico era natural que ele utilizasse prioritariamente o método histórico-indutivo, mas isto também é verdade ao assumir o papel de teórico de desenvolvimento e do subdesenvolvimento, e também quando

[...] usa a teoria econômica disponível e procura fazê-la avançar na compreensão do desenvolvimento econômico. Mesmo enquanto historiador econômico, Furtado foi, antes de qualquer coisa, um economista do que um historiador. Ele não narra a história da economia brasileira, ele a analisa." (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 4)

Ninguém fez com mais brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado, em “Formação Econômica do Brasil” (1976).

Sobre o método histórico, Celso Furtado (1978, p. 11) destaca que:

A despeito da sua vaguidade, o método histórico tem ocasionalmente contribuído para suprir a ausência desse enfoque global dos processos sociais. Ocorre, entretanto, que a sofisticação dos métodos de que se utiliza o economista fez-se no sentido de a-historicidade, abrindo-se assim um fosso entre visão global derivada da história e a percepção particular dos problemas sobre os quais a análise econômica projeta alguma luz.

Nesse contexto, torna-se latente o desejo do autor em levar os leitores a acreditar que a tese fundamental da sua obra, constitui-se num ensaio que contribui para a solução de definições, do impasse aparente, a respeito do qual os economistas à época vivenciavam e que se fundava em considerar a historicidade. Isto é, a reconstrução conceitual apoiada numa “[...] visão global de estruturas sociais historicamente identificadas.” (FURTADO, 1978, p. 11)

Agregando às teorias econômicas uma visão das dinâmicas e estruturas sociais em contraposição às dinâmicas exclusivamente a-históricas, C.F. destaca ainda que, a economia deve propor uma espécie de teoria de unificação, onde devem coabitar além da teoria de reprodução da população, a teoria de decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder, levando também em conta as teorias que abordam as dinâmicas sociais. Enfim, uma “teoria de tudo” que absorva e abranja toda a dinâmica social global vigente.

A economia criativa busca no processo histórico entender as dificuldades da sociedade e através dessa análise promover a sua aplicabilidade. Segundo o Relatório de Economia Criativa (2010), a

[...] economia criativa incorpora novas reflexões, pesquisas adicionais e análise mais profunda sobre as questões principais. Ela engloba os desenvolvimentos econômicos, culturais, sociais e tecnológicos que ocorreram em um nível global durante os dois últimos anos, especialmente as consequências da crise financeira e da degradação ambiental (RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2010, p. 20).

Na atualidade, a importância do problema da economia no Brasil, incide sobre o mesmo pensamento expresso por C.F., na sua obra “Formação econômica do Brasil” (1976). Desde então, pode-se dizer que o método é a base da ação diante das ciências sociais, e que, frente à globalização, ganha espaço e poder, e ainda viabiliza a expansão da economia nacional.

Com as transformações da economia mundial, surge à necessidade de novas estruturas econômicas que permitissem promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. Começa então o debate sobre o conceito de economia

criativa que tem início no século XXI, quando o conhecimento assume um papel importante como recurso para processos produtivos e uma nova área de investimento para os países.

Dentre os pressupostos que podem advir ao estudo do autor sobre a economia, como a visão histórica; enfatiza-se os caminhos que antecederam mudanças importantes como a globalização e o percurso para o seu efetivo desenvolvimento. Destaca-se ainda, de forma pontual, a “criatividade” na economia. C.F. leva os leitores a essa compreensão, quando prossegue ressaltando que:

Se pouco sabemos das leis da criatividade cultural, é ampla a evidência de que o campo do possível no que concerne essa criatividade é mais amplo do que, sob a influência de tradições religiosas e filosóficas, somos inclinados a pensar. (FURTADO, 1978, p. 113).

Entendendo-se a economia como um fenômeno complexo, e em sua situação histórica, não muito diversa da atualidade, vê-se que a criatividade e os valores aplicados a ela, decorrem da sua grande importância no contexto em questão: a crise econômica e o diálogo de Celso Furtado com a economia criativa, visto que a partir dessa correlação passa-se a evidenciar economia criativa no panorama atual.

4.3. ECONOMIA CRIATIVA: PANORAMA ATUAL

Na atualidade a economia criativa pode ser entendida a partir de dois panoramas. O internacional, onde cabe retomar o surgimento na Austrália, destacando que foi no Governo Australiano que, em 1994, desenvolveu-se o conceito de *Creative Nation*, como base de uma política cultural voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país; Conceito este que acabou rapidamente alcançando o Reino Unido e levou o chamado novo Partido Trabalhista inglês, no seu manifesto pré-eleitoral de 1997, a identificar as indústrias criativas como um setor particular da economia e a reconhecer a necessidade de políticas públicas específicas que potencializassem o seu expressivo ritmo de crescimento. (MIGUEZ, 2012, p. 5).

A partir de tais aspectos, hoje a E.C. já se estende em diversos países, e está sendo bastante referenciada pela UNCTAD, ONU, e outros organismos de desenvolvimento e fomento internacional. A partir do entendimento de que esta seja uma possibilidade de sair da esfera da economia tradicional para outro patamar, e da lógica de desenvolvimento da economia criativa no cenário internacional, no Brasil esta temática passa a desenvolver um novo contexto.

O termo economia criativa já é discutido também nas Nações Unidas. No debate da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Hoje, esta ciência busca também maneiras para promover o desenvolvimento nas relações internacionais. Assim sendo, a EC, respeitando a cultura da sociedade onde está sendo aplicada, pode levar ao mundo sua identidade e seus resultados em diversas áreas de atuação.

Além disto, por destacar-se como uma alternativa econômica de desenvolvimento, ela pode estimular a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, e, ao mesmo tempo, promover inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Isto porque, abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.

Trata-se, portanto, de um conjunto de atividades econômicas com seus alicerces embasados no conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e articulações em macro e micro níveis para a economia em geral. E também, de uma opção de desenvolvimento viável que demande respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. No centro da Economia Criativa, localizam-se as indústrias criativas. (UNCTAD, 2010).

Verifica-se a importância do Brasil, que foi marcado por ter sido tema em 2004, na XI Reunião Ministerial UNCTAD. A esse evento seguiram-se outros: o I Fórum Internacional de Indústrias Criativas, organizado em 2005, por iniciativa do Embaixador Rubens Ricupero (então Secretário-Geral da UNCTAD) e do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em Salvador; o módulo de Economia Criativa de três dias inseridos no Fórum Cultural Mundial do Rio de Janeiro, em 2006; e de dois

seminários internacionais, em dezembro de 2007, no Ceará e em São Paulo; coroados pelo do Estado do Espírito Santo. Em paralelo, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também promoveram conferências sobre o tema.

A novidade reside no reconhecimento de que o contexto, formado pela convergência de tecnologias, globalização e a insatisfação com o atual quadro socioeconômico mundial, atribui à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais, institucionais e relações que dão vida a um novo modelo. Integram este modelo características como protagonismo do consumidor, ampliação de escolhas, valorização da diversidade cultural, criação de canais alternativos de produção, distribuição e consumo, dentre outras discutidas em detalhes no Seminário. (UNCTAD, 2010).

A Economia Criativa parece tomar de outros conceitos traços que se unem, adicionando-lhe um toque próprio (UNCTAD (2010):

- Da chamada “economia da experiência”, reconhece-se o valor da originalidade, dos processos colaborativos e a prevalência de aspectos intangíveis na geração de valor, fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade.
- Da “economia do conhecimento”, adota-se a ênfase no trinômio: tecnologia, mão-de-obra capacitada e a geração de direitos de propriedade intelectual, em razão de que, para alguns autores, os setores da Economia Criativa integram a economia do conhecimento, muito embora esta não dê à cultura a ênfase que a Economia Criativa lhe confere.
- Da “economia da cultura”, propõe-se a valorização da autenticidade e do intangível cultural único e inimitável, abrindo as comportas das aspirações dos países em desenvolvimento por terem um recurso abundante em suas mãos.

Esta compreensão foi reforçada na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da UNESCO | ONU Brasil (2006), e também no Plano da Secretaria da Economia Criativa (PSEC), 2011-2014, uma vez que a “diversidade cultural” criou e vem criando, “[...] um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos,

constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações.” (BRASIL, 2012, p. 34)

Conforme dados levantados no Plano da Secretaria da Economia Criativa 2011-2014, observa-se que esta economia tem em seus princípios norteadores a diversidade cultural, a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social. Deste modo, pode-se ressaltar que a diversidade cultural adverte que: “Pensar numa Economia Criativa brasileira é pensar numa economia cuja base, ambiência e riqueza se dão graças à diversidade cultural do país. **A criatividade brasileira é, portanto, processo e produto desta diversidade.**”⁹ (BRASIL, 2012, p. 34)

Segundo o mencionado plano, a “Economia Criativa Brasileira” vem se constituindo “[...] numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento.” (BRASIL, 2012, p. 34).

Conforme o PSEC 2011-2014, observa-se outro princípio que tem como base a sustentabilidade, já que

[...] o debate sobre o tema desenvolvimento nas últimas décadas vem sendo ampliado, indo além das tradicionais concepções econométricas e quantitativas, cujo escopo é o de promover e avaliar o nível de desenvolvimento de um país, visto como uma tarefa bastante árdua, uma vez que outras dimensões passaram a ser evidenciadas como importantes, demonstrando que muitas práticas desenvolvimentistas, mesmo gerando ganhos econômicos elevados, que impactaram negativamente as condições de vida da humanidade.

O uso indiscriminado de recursos naturais e de tecnologias poluentes nas estruturas produtivas, com o objetivo de obter lucros e garantir vantagens competitivas no curto-prazo, acabou por gerar grandes desequilíbrios ambientais.

A proliferação de uma cultura de consumo global massificou mercados com a oferta de produtos de baixo valor agregado, destituídos de elementos originais e identificadores de culturas locais. Os dados apresentados mostram que aqueles que têm maior capacidade produtiva passam a dominar um mercado que se torna compulsivo e pouco crítico. A homogeneidade cultural passa a oprimir a diversidade, impossibilitando o desenvolvimento endógeno. Em função dessas considerações, é importante definir qual tipo de desenvolvimento se deseja, quais as bases desse desenvolvimento e como ele pode ser construído de modo a garantir uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica em condições semelhantes de escolha para as gerações futuras”. (BRASIL, 2012, p. 34-35)

⁹ Grifo nosso.

O Plano da Secretaria de Economia Criativa de 2011-2014 apresenta ainda, dados/informações que refletem o “conceito de inovação”, observando que está

[...] essencialmente imbricado ao conceito de economia criativa, pois o processo de inovar envolve elementos importantes para o seu desenvolvimento. A inovação exige conhecimento, a identificação e o reconhecimento de oportunidades, a escolha por melhores opções, a capacidade de empreender e assumir riscos, um olhar crítico e um pensamento estratégico que permitam a realização de objetivos e propósitos. (BRASIL, 2012, p. 34)

No que tange ao princípio da Inclusão Social, o PSEC 2011-2014 argui que:

No Brasil, onde a desigualdade de oportunidades educacionais e de trabalho ainda é evidente, onde o analfabetismo funcional atinge um percentual considerável da população, onde a violência é uma realidade cotidiana, onde o acesso à cultura ainda é precário (quando comparado com o de países desenvolvidos), não se pode deixar de assumir a inclusão social como princípio fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas culturais na área da Economia Criativa.

A efetividade dessas políticas passa pela implementação de projetos que criem ambientes favoráveis ao desenvolvimento desta economia e que promovam a inclusão produtiva da população, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda. Além deste processo de inclusão produtiva, basilar para a inclusão social, o acesso a bens e serviços criativos também emerge como premissa para a cidadania. Uma população que não tem acesso ao consumo e fruição cultural é amputada na sua dimensão simbólica. Nesse sentido, inclusão social significa, preponderantemente, direito de escolha e direito de acesso aos bens e serviços criativos brasileiros. (BRASIL, 2012, p. 35)

Contudo este direito esbarra na complexidade da infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos, que se caracteriza como uma grande dificuldade para pensar políticas públicas padronizadas para todos os setores criativos, quando da existência de uma diversidade de práticas culturais, processos produtivos e tecnologias.

Grandes artistas, por exemplo, carecem de conhecimentos da dinâmica e dos fluxos dos mercados criativos. Poucos profissionais, integrantes das diversas cadeias produtivas, se encontram qualificados para se relacionar com os setores inventivos. É incontestável, portanto que, profissionais com este tipo de formação são muito poucos e ainda se observa um *déficit* elevado de ofertas e de possibilidades de qualificação.

Ao analisar essas informações, observa-se que junto ao Ministério da Cultura existem desafios a serem debatidos no que tange à Economia Criativa brasileira, nos

termos políticos e de desenvolvimentos do Brasil, que são apresentadas no Quadro 2 que segue.

Quadro 2 – Desafios para a Economia Criativa Brasileira

DESAFIO	JUSTIFICATIVA
Elaborar um levantamento de informações e dos dados da Economia Criativa no Brasil.	Os dados levantados sobre a Economia Criativa nacional não são suficientes no sentido de permitir uma compreensão ampla das suas características e potenciais. Consequentemente a maior parte das pesquisas existentes é de cunho pontual e localizada, o que vem impedindo o desenvolvimento de análises aprofundadas quanto à natureza e ao impacto dos setores criativos na economia brasileira.
Há uma necessidade de se elaborar um estímulo à pesquisa.	Para que se possa ter um aprofundamento das informações e um embasamento dos estudos próximo à realidade brasileira; Os estudos partem, em sua maioria, de dados secundários, ou mesmo de correspondência a estimativas que nem sempre coincidem com a realidade; Ausência de pesquisas, que contemplem de modo amplo os diversos setores desta economia, impede que haja o conhecimento e o reconhecimento de vocações e oportunidades a serem reforçadas e estimuladas por meio de políticas públicas consistentes;
Políticas públicas que beneficiem projetos criativos	A Economia Criativa precisa ser conduzida por, que relacionem a produção com a qualidade de vida;
Observar a articulação e o estímulo ao fomento de empreendimentos criativos. Assim como os empreendimentos tradicionais, os empreendimentos criativos necessitam da disponibilização e do acesso a recursos financeiros para a consecução dos seus objetivos.	Apesar do papel e da função, inquestionáveis, assumidos pelos editais públicos de fomento, sabe-se que os mesmos representam uma única face do investimento em cultura que pode e deve ser ampliado no país; As carteiras de empréstimos, concedidos pelas agências de desenvolvimento e fomento, e pelos bancos públicos e privados do país, se constituem basicamente por tomadores de crédito atuantes em setores tradicionais. No sistema bancário brasileiro a economia tradicional é beneficiada pela estrutura de gestão financeira instituída pelo Estado, dificultando a Economia Criativa em relação a garantias;
A dificuldade que os empreendimentos criativos têm quando o assunto é a oferta de garantias para a obtenção de crédito é clara. Como aportar garantia a um empréstimo por meio de ativos intangíveis?	Some-se a isso o despreparo dos bancos em se relacionar com formatos de negócios bastante diferentes do que se está acostumado a lidar. As dificuldades vão desde a incompreensão dos tempos e dinâmicas de funcionamento destes empreendimentos, para a definição de prazos e carências adequados, até uma incompreensão de códigos sociais e culturais dos agentes econômicos atuantes nestes setores. Esta incompreensão também se dá do ponto de vista dos empreendedores e profissionais criativos não afeitos ou despreparados para a gestão dos seus próprios empreendimentos;

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no PSEC 2011-2014 (BRASIL, 2012).

Quadro 2 – Desafios para a Economia Criativa Brasileira

DESAFIO	JUSTIFICATIVA
A gestão criativa de coletivos, redes, organizações colaborativas e cooperativas, com ou sem fins lucrativos, formais ou informais, tem se consolidado como alternativa de inclusão, inovação e sustentabilidade das iniciativas dos setores criativos.	Há uma necessidade de se estabelecer uma comunicação que promova o conhecimento informações sobre essa nova economia baseada no intangível; E uma abordagem sobre a educação para competências criativas, debatendo acerca da formação para o desenvolvimento de competências criativas que merece mais atenção e aprofundamento;
A construção de competências que possam ir além da construção e difusão de conteúdos de natureza técnica, mas que possam envolver um olhar múltiplo e transdisciplinar que permita integrar sensibilidade e técnica, atitudes e posturas empreendedoras, habilidades sociais e de comunicação, compreensão de dinâmicas socioculturais e de mercado, analisar política e capacidade de articulação.	Além do fomento financeiro, o fomento ao reconhecimento, ao desenvolvimento e à replicação de tecnologias sociais também surge como estruturante para a criação e o desenvolvimento desses empreendimentos constituídos em sua maioria por profissionais autônomos e micro e pequenos empreendimentos, formais e informais;

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no PSEC 2011-2014 (BRASIL, 2012).

Esta gama de desafios aponta para a necessidade de um referencial conceitual para estruturação de políticas públicas no país. Nesse sentido, os estudos estruturados e desenvolvidos pelos autores que pensam e pesquisam a economia criativa, destacam a necessidade de tais elementos conceituais. Enfatiza-se aqui a importância do reconhecimento de que estes elementos, como: desenvolvimento, cultura, criatividade e inovação, já eram amplamente discutidos e debatidos por Celso Furtado.

5 CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: CONVERGÊNCIAS EM CELSO FURTADO

Falar de criatividade e entender a necessidade de permitir pensar fora da caixa, ou seja, pensar de maneira diferente entendendo todas as ações e processos que possam ser desenvolvidos e que seja ilimitado na construção de soluções para as diversas áreas existentes na vida. O pilar da criatividade consiste em que o seu criador (o indivíduo) venha promover um grau de diferenciação no seu resultado verdadeiramente reconhecido e comprovado. (ROHDEN, 2010)

Nem sempre o indivíduo desenvolve o seu potencial criativo, justamente por que fica preso a mudanças e transformações sequenciais e não verdadeiramente diferenciadas. No momento atual a criatividade se confunde com inovação. Segundo Stephen Robbins (2004, p. 42), "[...] criatividade refere-se à habilidade de combinar ideias de uma forma única ou de fazer associação pouco usual entre ideias. A inovação é o processo de transformar uma ideia criativa em um produto, serviço ou método de operação útil". Ou seja, a criatividade é a concepção, enquanto a inovação é a operação.

Sendo a criatividade a habilidade de criar ou estimular o potencial criativo, fica bem claro que é preciso buscar a aplicabilidade das diversas áreas na construção do conceito, mas, na construção do processo criativo o indivíduo deve trabalhar a sua inteligência, a partir de diferentes dimensões. Ou seja, a sua base cognitiva aliada aos seus valores diversos. Há que se considerar ainda a convivência, já que este indivíduo analisa e percebe o território ou espaço onde está inserido, avaliando-o em relação as deficiências e necessidades, o que gera questionamentos e faz surgir ideias.

As ideias surgem porque somos capazes de pensar, então é uma reação no corpo mental que se comunica com o ambiente externo e produzem efeitos.

Todos os seres humanos têm potencial criativo, só que não a criatividade definida como um processo fechado e determinístico. Na realidade o processo criativo é desordenado e vai sendo encaixado justamente com suas habilidades e

valores. O processo criativo requer análise que busque promover um raciocínio convergente, que pode ser ponderado em relação às ideias e opiniões, além de buscar o pensamento de forma crítica para ampliar e promover um espaço com maior possibilidade criativa.

Para identificar pessoas com potenciais criativos, é só verificar inicialmente características comportamentais como: curiosidades, interesses, questionamentos e capacidades de promover ações a partir de ideias que muitos podem considerar desconexas.

Para se falar de economia criativa é preciso entender que, a base do processo de criação e operação são a criatividade e a inovação. Informa-se a tempo que, não é objetivo deste texto sistematizar a historicidade da origem dos termos, e sim promover condições que permitam ao leitor se apossar de informações que contribuam para a compreensão de como e porque estes surgiram.

Assim sendo, em busca da concepção da palavra criatividade, sua origem, toma-se como base o pensamento de Rohden (2010), em seu livro “Educação do homem integral”, quando informa que a origem desta palavra vem do termo tradicional latino “*crear*”, que foi substituído pelo neologismo moderno “criar”. Ele ainda ressalta que, “Criar é a manifestação da Essência em forma de existência - criar é a transição de uma existência para outra existência [...]”, e, para facilitar a distinção existente entre os dois termos diz que: “O Poder Infinito é o creador do Universo - um fazendeiro é criador de gado.” (ROHDEN, 2010, p. 5)

E assim a palavra que nasceu como *crear*, flexiona-se para *creare* e passa a ser traduzida como Criatividade, que é o substantivo feminino, cujo sentido é o termo criar, que indica a capacidade de produzir ou inventar coisas novas tomando por base outras coisas já existentes. (ROHDEN, 2010)

A criatividade pode ser aplicada em qualquer área da vida. Ser criativo é “*think outside the box*”, como mencionado anteriormente é “pensar fora da caixa” (tradução nossa), ou seja, pensar de forma diferente.

Retomando-se a questão de se trabalhar a inteligência, a base cognitiva e valores individuais, na construção do processo criativo e na articulação de diversas áreas para a construção do conceito em estudo, percebe-se como a psicologia pode contribuir com seus conceitos, no que diz respeito ao indivíduo e sua imaginação. Já

com a sociologia observa-se que, a partir da socialização e convivência é que o indivíduo analisa e percebe o território ou o espaço onde está inserido, com suas deficiências e necessidades latentes, imbricadas com estas relações, questionamentos, para dar espaço às suas ideias.

Como dito anteriormente, as ideias aparecem porque somos capazes de pensar, e, os efeitos resultantes da interação mental com o ambiente externo, que ocorrem em função do pensar filosófico, potencializam o pensar questionador inerente aos seres humanos. Embora o potencial criativo seja inerente aos seres humanos, é um processo desordenado que vai se encaixando entre habilidades e valores.

O Relatório de Economia Criativa 2010, informa sobre a não existência de uma definição simples de “criatividade”, que consiga englobar todas as várias dimensões do fenômeno. Nem mesmo no campo da psicologia, espaço onde a criatividade individual vem sendo largamente estudada, existe ainda uma consonância que defenda a criatividade como sendo um atributo humano, ou como sendo um processo pelo qual ideias originais são criadas. Entretanto, na atualidade atestam que as características da criatividade, em diferentes áreas do empreendimento humano podem, pelo menos, ser unidas. (UNCTAD I ONU, 2012)

Do ponto de vista da Economia Criativa, não se deve interpretar a criatividade unicamente como processo produtivo em relação à economia e sim para entender o aspecto cultural do desenvolvimento econômico, e o que há de criativo numa atividade econômica. Deve-se levar em conta, portanto que, na economia criativa é o uso do pensamento criativo do homem que se utiliza em prol da economia frente a sua teoria.

Com base no pensamento de C.F. a respeito das leis da criatividade e cultura anteriormente apresentado, destaca-se que, o processo de mudança social que ele chama de desenvolvimento. Pode-se definir este desenvolvimento como sendo um estágio singular da economia (contínuo e próspero), que se destaca por seu caráter criativo, permeado de ideias sobre a natureza, tanto sociais como políticas e novas estratégias de ação, prevalecendo à tendência de interpretar as relações entre cultura e economia como se fossem constituídas por uma espécie de diálogo, o qual comporta a troca do dar e receber informações de natureza polarizada.

Considerando ainda que, com a cultura, o ser social intrínseco em cada um, viabiliza a economia e se humaniza, mediante os recursos que a criatividade oferece no mundo já globalizado.

A economia criativa entende o papel dos recursos que a criatividade tem para a promoção de pessoa em relação à sociedade e ao mundo, sendo um dos principais pontos de aplicabilidade a inclusão social, pelo suporte na criação e produção de bens e serviços através das oportunidades surgidas, respeitando o momento sócio-político e econômico do país. É destacado no Plano da Secretaria da Economia Criativa (BRASIL, 2012, p. 35), justamente o papel da inclusão social como premissa para a cidadania, conforme destaca-se em citação anterior.

Tal interpretação no sentido da ação emerge não só para o reconhecimento dos elementos estudados por C.F., pontuados anteriormente, mas também para designar noções de empenho e esforço para a efetivação de tais reconhecimentos: (1) da ordem social diz respeito à integração do homem com o meio e suas configurações,; (2) da mesma forma que o da realidade histórica, que ultrapassa o tempo e o espaço geográfico e vai além da cultura, numa ação de integração e profunda presença; assim como (3) o ante conhecimento no processo social.

Sobre esta questão, diz Furtado (1962) que:

O reconhecimento de nossa própria impotência, num mundo dominado por um impasse supremo, impõe-nos o dever de tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função de nosso próprio destino de povo e cultura. (FURTADO, 1962, p.19)

O conceito de Economia Criativa ainda está em construção e se estruturando com base na cultura e na intangibilidade, sendo matéria prima a criatividade e a inovação. Considerando-se, como já mencionado, criatividade como concepção e inovação como operação, se antes o conceito de inovação tinha uma correspondência direta com crescimento econômico, quantitativamente falando; atualmente é compreendido tanto como aperfeiçoamento do que está posto (inovação incremental), quanto como criação de algo totalmente novo (inovação radical).

Assim sendo observa-se que, tanto uma como outra, a inovação em determinados segmentos criativos como o *design*, as tecnologias da informação, os games etc., têm relação direta com a identificação de soluções aplicáveis.

Especialmente nos segmentos criativos cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais. Consequentemente ela pode dar-se tanto na melhoria e/ou na criação de um novo produto (bem ou serviço) como no aperfeiçoamento e redesenho total de um processo.

No campo das artes, a inovação possui outros significados que não se referem aos demais segmentos criativos anteriormente citados. Pelo contrário, no campo da cultura, a inovação pressupõe a ruptura com os mercados e o *status quo*. Por isso, a inovação artística deveria ser apoiada pelo Estado, o qual deveria garantir, através de políticas públicas, os produtos e serviços culturais que não se submetem às leis de mercado. Diante disto, corrobora-se com o Plano da Secretaria da Economia Criativa 2011-2014, quando afirma que é preciso,

Assumir a Economia Criativa como vetor de desenvolvimento, como processo cultural gerador de inovação, é assumi-la em sua dimensão dialógica, ou seja, de um lado, como resposta a demandas de mercado, de outro, como rompimento às mesmas. (BRASIL, 2012, p. 35).

Neste sentido, a EC desenvolve um diálogo com a inovação e a criatividade. E nessa aproximação com a Economia Criativa, Stein (1974, apud ALENCAR & FLEITH, 2003, p. 13) afirmam que “[...] criatividade envolve a produção de algo novo, que é aceito como útil e/ou satisfatório por um número significativo de pessoas em algum ponto no tempo.”

O processo criativo requer análise que busque promover um raciocínio convergente, no qual possamos ser ponderados em relação às ideias e opiniões, além de buscar o pensamento de forma crítica para ampliar e promover um espaço com maior possibilidade criativa. Não críticas por si só, mas a busca de respostas que se aproximem de algo conclusivo.

A criatividade tem um valor importante na concepção do conceito de Economia Criativa, e, para compreendermos o conceito, é bom recorrer à diferenciação, na concepção da economia tradicional e da criativa. Enquanto a tradicional busca acumulação e exploração de riquezas, a criativa se propõe a promover a inclusão e a sustentabilidade, através da sua produção que tem como resultado a riqueza cultural.

A palavra criatividade traz em seu bojo inúmeros ruídos e as mais diversas e contraditórias representações. Afinal, as sociedades industriais são caracterizadas

por uma espécie de “frenesi” criativo, ao mesmo tempo nunca se falou tanto, como nos dias de hoje, em inovação! Mas, como temia Celso Furtado (1978), também a inovação foi tratada e fomentada na perspectiva de subordinação dos fins aos meios.

Acredita-se que, a distinção mais significativa para a Economia Criativa deveria se dar a partir da análise dos processos de criação e de produção, ao invés dos insumos e/ou da propriedade intelectual, do bem ou do serviço criativo. Assim, chega-se a seguinte definição: os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social.

Em nossa perspectiva, apesar da importância dos instrumentos e *softwares* para o desenvolvimento do trabalho, a essência e o valor do bem criativo se encontra na capacidade humana de inventar, de imaginar, de criar, seja de forma individual, ou coletiva, e que a invenção resulte em algo a que o consumidor atribua valor pela utilidade, beleza, raridade, ou ainda pelo atendimento eficaz de suas necessidades.

Partindo então deste conceito, percebe-se que os setores criativos vão além dos setores denominados como tipicamente culturais, ligados à produção artístico-cultural (música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema), compreendendo outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao *design*, à arquitetura entre outros.

Como mencionado anteriormente, o conceito de EC, incluindo as indústrias selecionadas, foi replicado para diversos países independente de distinções da legislação e de direitos de propriedade intelectual serem necessariamente critérios divisores. A Economia Criativa não pressupõe uma definição estática entre os autores, que optam por citá-la como uma concepção em construção, que permeia um grupo de características que se mesclam. Dentre estas características podem ser destacadas as seguintes:

- reconhecimento do valor agregado dos ativos intangíveis;
- complementaridade das políticas cultural, tecnológica e econômica e das ações com ou sem apelo comercial;

- expansão do conceito de cadeia setorial para o de redes de valor integradas;
- inserção das tecnologias digitais como espinha dorsal da criação, produção, circulação e/ou consumo criativo. (REIS, 2011)

A Economia Criativa difere do ponto de vista de seu observador. Enquanto Howkins (2013) infere a indústria criativa como o centro do surgimento e da compreensão mais ampla dos temas que envolveram a Economia Criativa; Florida (2011) realoca o foco nos profissionais e no ambiente da criatividade.

Baseado em tendências como a da criatividade da classe trabalhadora e a de serviços, ou seja, a criatividade ligada ao sujeito da criação, conforme menciona-se anteriormente, e outras citadas ao longo deste estudo, observa-se que a classe criativa, ainda em ascensão, continuará a crescer nas próximas décadas, à medida que atividades econômicas mais tradicionais se tornem suas funções. (FLORIDA, 2011, p. 10) A Economia Criativa provoca um olhar para os investimentos intangíveis, pela sua atuação nas atividades artísticas e culturais.

5.1. CULTURA, DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO

O estudo da cultura, na obra “Cultura e Desenvolvimento” (1984), se constitui para C.F. como sendo de fundamental importância para o desenvolvimento da criatividade no homem, no que concerne equilibrar a natureza da razão perene e o processo de desenvolvimento, tão presentes em suas reflexões. Isto porque, às vezes, o resultado da ação não objetiva o que o ser humano almeja alcançar; entendendo cultura nas mais diversas definições, tais como: a forma de uma sociedade nas suas manifestações objetivas e subjetivas da vida diária, numa percepção de cunho multidisciplinar.

Um dos pilares da economia criativa é a valorização da cultura como objeto de estudo para aplicabilidade, onde um dos seus nomes na esfera mundial é a economia da cultura, que tem como objetivo desenvolver trocas e transações gerando economia, tendo como base a cultura.

Os autores Mendes e Almeida (2016, p. 197), citam Throsby (2001), dizendo que,

[...] há duas maneiras para compreender o que é a cultura em economia da cultura. Antropologicamente, a cultura está ligada com a identidade e a identificação do indivíduo ou grupo. Já na perspectiva de negócios, os bens culturais podem ser produzidos como em uma indústria, tendo sua cadeia produtiva artesanal ou em larga escala, mas que no fim haja uma mercadoria, um produto cultural que seja negociável no sistema da economia. Assim, os bens culturais, serviços e insumos estão alocados em uma sistemática econômica que envolve poder público, iniciativa privada e a população.

Muitos acadêmicos e estudiosos da economia criativa, ao defini-la como economia da cultura, têm o entendimento de que esse conceito está relacionado com a aplicação da análise econômica a todas as artes criativas e cênicas. Têm também uma preocupação com a organização econômica do setor cultural e seus agentes.

Ainda em relação à cultura, Celso Furtado, continuamente imbuído de encontrar as respostas para suas inquietações, se depara com aspectos que inicialmente não careciam de grande destaque, mas que, no decorrer da sua jornada investigativa se tornam de fundamental importância para a aquisição compreensiva das inquietações iniciais. Ora, por ser um ser cultural, o homem recebe do ambiente influências que reverberam sobre suas formas de pensar, ver e agir no mundo, mais precisamente na perspectiva do autor, quando traz suas indagações sobre “mundo econômico”. A partir desta perspectiva, percebe-se o quanto C.F. busca entender o papel da cultura na economia brasileira.

A economia criativa traz essa discussão na busca de trabalhar seu conceito, e, conforme o PSEC 2011-2014:

A Economia Criativa Brasileira deve então se constituir numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento. (BRASIL, 2012, p. 34)

Celso Furtado em seu livro “Cultura e desenvolvimento em época de crise” (1984), põe em evidência suas reflexões sobre a cultura brasileira e sua relação com o desenvolvimento. Para isto prossegue utilizando a abordagem histórica e cultural, numa perspectiva que consiste essencialmente por percorrer reflexivamente

momentos fundamentais da crise econômica vivida pelo Brasil Vale ressaltar que é esse o “*locus*” de toda a sua pesquisa.

Para alcançar este objetivo ele utiliza logo no capítulo inicial, como espaço de exposição acerca da sua compreensão sobre a influência da mundialização da civilização europeia sobre a história original do Brasil. O autor descreve que: “A formação histórica brasileira tem suas raízes no processo de mundialização da civilização europeia [...]” (FURTADO, 1984, p. 22), do século XVI - entendendo que a dependência do Brasil neste sentido é presente na cultura, e hoje a tendência de interpretar as relações entre civilizações, como um diálogo econômico e político, ainda prevalece a influência europeia por meio da estrutura cultural.

Considerando o avanço da fronteira geográfica mediante a abertura de linhas de navegação intercontinentais como segunda manifestação cultural. Nesse sentido, a cultura brasileira é influenciada pela internacionalização cultural. Segundo o autor, a “cultura brasileira”

[...] é um dos múltiplos frutos desse processo de mundialização do desdobramento geográfico da civilização europeia a partir de inícios do século XVI. Tem, contudo, a particularidade de integrar-se na área de ação imediata de Portugal, foco de uma das vertentes a que fizemos referência. (FURTADO, 1984, p. 18)

Talvez hoje prevaleça a tendência de interpretar as relações cultura e desenvolvimento como uma possibilidade de diálogo, o qual comporta um recíproco dar e receber; considerando que por meio da cultura o homem humaniza as relações e, do ponto de vista da forma, a cultura pode ser dinâmica, pois está em contínua evolução e/ou transformação, e cria possibilidades de inter-relacionamento. Diz Furtado (1984) que:

Não existe simetria entre as melhorias que se obtenham amanhã e os danos causados hoje: a infância destruída na sua fase formativa carrega estigmas no resto da vida e os que foram privados da experiência de trabalho no tempo devido encontrarão crescentes dificuldades para compreender sua inserção social. Os homens, como as obras de arte, não se recuperam quando sofrem certas lesões. (FURTADO, 1984, p. 9-10)

Enquanto em vários países existem problemas relacionados a diferenças étnicas, culturais, religiosas e de nacionalidades, que complicam o desenvolvimento, no Brasil, é “[...] exatamente na diversidade dessas regiões que estão às raízes da nossa riqueza cultural. Mas a preservação desta riqueza exige que o

desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional.” (FURTADO, 1984, p. 46)

Em relação ao desenvolvimento, a década de 1980 se mostra como um momento chave no Brasil (ainda que pouco trabalhado), no mapeamento das discussões que tomam o conceito de desenvolvimento desatrelado da noção restrita de crescimento econômico. Em seu discurso proferido quando era Ministro da Cultura do governo do Presidente José Sarney, Celso Furtado afirmou que a pretensão do governo era a de estimular a emergência e o desenvolvimento das forças criativas e facilitar o surgimento e o revigoramento de instituições locais de apoio a ação cultural, e ainda, ativar na sociedade a consciência de que o efetivo controle do uso dos recursos que se aplicam na cultura, e transitam pelo Estado, é tarefa que corresponde às comunidades que deles se beneficiam.

Além disto, o ministro classificou a capacidade criativa da sociedade como vigorosa, apostando na criação da lei para gerar um processo de desenvolvimento da mesma. Esta lei integraria uma política cultural, cujo eixo deveria ser o da liberação das forças criativas da sociedade. Não se pode deixar de ressaltar que o país estava recém-saído de vinte longos anos de ditadura militar. Assim sendo, o discurso de Celso Furtado incita a sociedade a assumir o papel de protagonista no processo, de maneira a conduzir as mudanças que deveriam se processar no campo das políticas culturais, ou das políticas públicas de cultura.

A ideia de política pública proposta por Furtado era nova. Segundo o PSEC 2011-2014 (BRASIL, 2012, p. 98) que, até mesmo que fosse “[...] possível encontrar discussões sobre políticas culturais nas décadas de 1960 e 1970, a visão presente no discurso leva a ação do Estado para novas direções.” Além disso, este mesmo plano cita parte de um discurso¹⁰ de Furtado, sobre a visão de política cultural do atual governo à época:

Nesse momento, o governo da Nova República define sua própria visão de política cultural, fundando-a no reconhecimento de que em uma sociedade democrática, as funções do Estado no campo da cultura são de natureza supletiva. [...] O estímulo e o apoio dados pelo Estado devem ser o mais possível abrangentes, abrindo caminho às forças criativas ali onde estas se manifestem abertamente, ou existam apenas como virtualidade. (FURTADO, 1988, apud BRASIL, 2012, p. 98)

¹⁰ Discurso proferido na solenidade de assinatura do envio do projeto de lei de incentivos fiscais para a área da cultura, em 1986. Fonte: PSEC 2011-2014 (BRASIL, 2012, p. 97)

Segundo Silva (2012), com a publicação do relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, o estudo sobre desenvolvimento toma rumos transformadores, trazendo à tona a necessidade de interpretar as variáveis respeitando as peculiaridades de cada país. Assim sendo,

Ganha força a ideia de que as variáveis econômicas são extremamente importantes, mas não suficientes para produzir desenvolvimento social justo e ambientalmente sustentável e não há como legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões sociais e culturais. Dessa forma, os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos como impactantes na produção de melhores formas de interação social. (SILVA, 2012, p.2)

Diante disto, a cultura nos dias atuais não pode ser pensada sozinha, mas sim a partir de sua relação com o desenvolvimento de uma nação. O Plano da Secretaria Economia Criativa 2011 – 2014 destaca que:

[...] a experiência desconstruiu a tese da existência de uma correlação direta e linear entre crescimento econômico e desenvolvimento, convergindo para ideias como as de Amartya Sen, de que não há desenvolvimento sem a garantia de direitos e liberdades: direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia; liberdades políticas, culturais, étnicas e religiosas. De outro, um quadro complexo e mutante: a crescente ampliação do conceito de Cultura, somada aos avanços tecnológicos - mas não apenas - redundando na dissolução de fronteiras entre linguagens e mídias e em alterações profundas nas formas de produção e de acesso a bens e serviços culturais. (BRASIL, 2012, p. 78).

Celso Furtado é incisivo e destaca que, os projetos de desenvolvimento devem ser definidos pela percepção dos fins e objetivos pretendidos pelos indivíduos, e suas comunidades, e que a cultura deveria prevalecer sobre as demais variáveis. O constitutivo de toda essa análise recai sobre resultados diversos e incipientes, considerando a cultura, uma consequência das múltiplas capacidades do homem -, os valores que cada cultura procura realizar em qualquer tempo, que são numerosos -, sendo cada uma delas complexas por natureza e com metas e interesses, não só sociais, mas efetivamente econômico-sociais e políticos. De acordo com C.F.: “É certo que um maior acesso a bens culturais melhora a qualidade de vida dos membros de uma coletividade. (FURTADO, 1984, p. 32)

A economia criativa tem um papel importante para promover a inserção dos países em desenvolvimento no cenário econômico mundial. Ela traz à tona a capacidade de transformar processos criativos produzidos localmente em destaque

produtivo e de consumo no mundo. Nesta perspectiva, Santos-Duisenberg (2008, p. 61) diz que, a “economia criativa”

[...] é uma fonte de criação de empregos, oferecendo oportunidades para a mitigação da pobreza. Atividades criativas, especialmente as ligadas às artes e às festas culturais tradicionais, geralmente levam à inclusão das minorias, mantidas à distância. Isso facilita a maior absorção de parcelas de jovens talentos marginalizados que, na maioria dos casos, envolvem-se com atividades criativas no setor informal da economia. Além disso, como muitas mulheres trabalham na produção de arte e artesanato, nas áreas relacionadas à moda e à organização de atividades culturais, a economia criativa também desempenha um papel catalítico na promoção do equilíbrio de gêneros na força de trabalho criativo.

A cultura é a base de todos os países, atua com suas especificidades (valores crenças, princípios), logo ela não pode ser considerada como um “processo universal”, assim como acontecia “[...] entre os anos de 1940 e 1970 [...]”. A noção de desenvolvimento era de um processo universal, o que “[...] remet[ia] a uma concepção de não-lugar [...]”. (BURITY, 2007, apud SILVA, 2012, p. 114) Segundo o autor, esse “[...] discurso serviu para reforçar ainda mais as assimetrias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando a hegemonia dos primeiros e sua dominação sobre os últimos, principalmente por meio da tecnologia. (FURTADO, 2000, apud SILVA, 2012, p. 114).

Mesmo que em época distinta ao pensamento de C.F., já se vislumbrasse possíveis consequências futuras, diante do cenário atual (a crise econômica no séc. XXI), o problema parece ser também de cunho ontológico, onde a natureza dos acontecimentos constitui a soma e continuidade de questões circunscritas em resultados insatisfatórios.

Com o propósito de pontuar a história da economia no Brasil, e com a pretensa intenção de adentrar nessa reflexão, nasce a “A pré-revolução Brasileira”, livro escrito sob a perspectiva de informar a economia brasileira sob um olhar que enxergue um novo Brasil, publicado por C.F. no ano de 1962. Neste livro ele apresenta algumas reflexões acerca do presente e do futuro, que se constitui pela exposição de conhecimentos baseados nas aprendizagens realizadas junto com os seus contatos da juventude universitária e da divulgação de informações inerentes à ansiedade destes jovens, que desejavam compreender aquele cenário, suas consequências na economia e na política; “[...] identificação corajosa de objetivos e

métodos na luta pela conquista do futuro [...]” (FURTADO, 1962, p. 13), e os desafios que deviam enfrentar, para que o futuro trouxesse novas perspectivas.

Frente às suas reflexões, C.F. pontua como primeira questão, o desmedido custo social do desenvolvimento no Brasil, que nada mudou na vida de “[...] três-quartas partes da população [...]” (FURTADO, 1962, p. 14); e na segunda questão, pela crescente concentração social e geográfica da renda, considerando também que “[...] as eleições eram formais, de uma oligarquia decidida por conta própria o que se chamaria, vontade do povo.” (p. 15) E ainda que, complementa C.F.:

É compreensível a indignação da juventude diante desse quadro: aí estão supostos representantes do povo eleitos pelos empreiteiros de obras públicas, aí está a aliança da máquina feudal com as verbas orçamentárias produzindo parlamentares, que somente poderão sobreviver se forem instrumentos dóceis de seus financiadores. FURTADO (1962, p. 15)

O desafio da economia na atualidade não é diferente e busca agregar ações que possam reverter as crises que os países sofrem, principalmente pela mundialização do capital. Segundo o Relatório da Economia Criativa 2010, a

[...] nova estrutura do capitalismo em nível global aponta, entre outras coisas, para uma crescente culturalização da economia, com avanço do trabalho intelectual, mudanças concomitantes nos padrões de consumo, estetização geral da produção e do mundo. (ONU, UNCTAD, 2012, p. 85)

Constantemente o Brasil é destacado pela sua capacidade criativa e diversidade cultural, mas não consegue fazer parte do ranque entre os dez países em desenvolvimento. (BRASIL, 2011). Neste sentido, as ações iniciais no Brasil em relação à economia criativa, sinalizavam um processo político para potencializá-la, como uma estratégia para o seu desenvolvimento. Porém foram interrompidas pelo governo que assumiu a Presidência da República, a partir de 2016. Celso Furtado em sua obra “Cultura e desenvolvimento em época de crise” (1984), já destacava a importância da desconcentração do desenvolvimento, respeitando e valorizando a diversidade cultural.

Na história política brasileira, sempre ficou evidente que não existiam políticas públicas voltadas para o social, e sim políticas de controle e de submissão ao poder da classe política e social dominante.

Na década de 1980, diversas perspectivas se delinearam para a formação da nacionalidade brasileira, que foram vivenciadas como “[...] as forças que conduziam

ao centralismo político [...]”, e, as que “[...] reivindicaram o federalismo [...]”, efetivamente se concretizaram com o “[...] movimento pendular de distribuição do poder político.” (FURTADO, 1984, p. 46). Deste modo, a consciência do povo brasileiro estava voltada para o futuro. Ainda que com o conhecimento fragmentado da sua identidade, já tinha a consciência de unidade nacional, ao que se refere C.F. na mencionada obra.

Entretanto, segundo Furtado (1984),

[...]essa consciência de unidade nacional, dentro de um espaço que se expande, coexiste com o senso de identidade que se definiu historicamente em cada região particular. A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional, sendo de menor relevo a dimensão étnica ou religiosa. Ela reflete um sistema de valores que amadureceu, a partir de elementos comuns ou não, em cada sub-região, a partir da implantação colonial. (FURTADO, 1984, p. 46).

Destacando a descentralização da primeira República, a política de câmbio, o centralismo do período de Vargas, onde o “Brasil dotou-se efetiva e definitivamente de um mercado comum.” (FURTADO, 1984, p. 47) Seguindo a história, o Estado Novo ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas, que ficou conhecido como a Era Vargas e seguiu de 1937 a 1946.

Com os reflexos contidos nesta fase da história, e “[...] a restauração federalista da Constituição de 1946 [...]”, (FURTADO, 1984, p. 47) - que configura, sobretudo, os excessos do centralismo do Estado Novo -, tomando consciência dos desequilíbrios regionais, oriundos deste período, fundou-se órgãos de desenvolvimento regional a exemplo da SUDENE, dando ênfase à ideia de segurança nacional. Furtado escreve sobre o Brasil, ou melhor, sobre um Brasil idealizado por ele, no qual fosse possível viver a igualdade entre todos os povos, onde a máquina político-econômica não discriminasse a economia social.

Talvez em tantos anos de grandes reflexões, este fenômeno denominado “crise econômica brasileira”, não perdurasse séculos afora e ainda como tema central do Brasil de hoje, constituindo, quiçá, uma análise também ideológica da crise econômica, que contribui para o desequilíbrio de uma grande parcela da população nacional, que também configura o lastro de desequilíbrios entre estado e sociedade, pois de acordo com Marx (2004), em seu terceiro manuscrito:

O movimento inteiro da história é, por isso, tanto seu ato de geração efetivo – o ato de nascimento de seu modo de existência empírico – como, para sua consciência pensante, o movimento compreendido e conhecido de seu vir-a-ser, enquanto que aquele comunismo inacabado busca em algumas figuras históricas isoladas que se opõem à propriedade privada uma prova histórica, uma prova para si no que persiste, destacando, pois, momentos isolados e momentos de história. (MARX, 2004, p. 174)

Esta exposição histórica do pensamento de C.F., a partir da qual a leitura de suas reflexões é acessível à compreensão conceitual - pautada na historicidade econômica daquela época -, não longe as críticas recebidas ao longo do tempo, só reforçaram o seu interesse em modificar e reescrever o curso da economia brasileira que, de um século para cá, frente à criatividade, reforça a tese de que é possível traçar um novo quadro de suas teorias vinculadas às ciências sociais.

Diante de tantas implicações, que permearam a crise econômica no Brasil, e o que já foi adquirido acerca deste fenômeno, é deveras significativo e de importância capital para o país, e para as grandes entidades que nomeiam e circunscrevem este universo econômico, que a sua caracterização esteja entre a compra e venda. Numa sociedade de valores reais, mas não realidades afins, significam que sua estrutura de conscientização entre pobres e ricos é mera especulação, pois o ato especulativo está voltado para o mercado econômico-político em detrimento da ação econômica social.

Determinando deste modo a economia, torna-se evidente que ela distingue pobres e ricos, grandes entidades de pequenas entidades, para apropriar-se do capitalismo *versus* globalização, o que procede com a finalidade puramente especulativa, enquanto tomadas de decisões. Vai além do singular interesse geral, que seria resolver problemas econômicos sociais e também políticos. Porém, salienta-se que, segundo C.F. no seu livro “Cultura e Desenvolvimento em época de crise” (1984, p. 12), “[...] nosso real atraso é político e não econômico.

Tal objeto - a crise econômica - se apresenta como a mola que impulsiona o progresso e suas consequências, assim como a crise civilizacional, que descreve o homem e suas raízes vivendo a cibernética, a rede social, adentrando portais de comportamento, que não só envolve a multiplicidade econômica, como também a transdisciplinaridade e o ser transgênico, escondido em cada um de nós. Deste cabe o cuidado e a realização dos valores humanos. Mas será que existe solução para todos os problemas que envolvem o destino dos homens? (FURTADO, 1991)

C.F., na sua obra “Os ares do mundo” (1991), destaca que o estudo do fenômeno da vida e dos problemas que envolvem a escassez de ética e respeito aos direitos humanos, reveste-se de especial interesse para aqueles que se importam com o modo de ver as coisas, no plano não só econômico-político e social, como também no plano do desenvolvimento da autonomia e da especificidade de cada situação. Conceber a vida de modo mecanicista, significa iniciar a própria existência de acordo com regras éticas e religiosas adversas, e, deste pensamento surge a questão de que o estudo da vida não deve ser conduzido de modo frio, fragmentado e sem paixão.

Celso Furtado em sua experiência na CEPAL (1949), destaca sua forma de gerir o órgão em relação às políticas adotadas, enfatiza também que esse modelo requer um posicionamento importante de atitude, para que se possa repensar a sociedade do futuro, no que se refere à economia, as formas de organização política, os sistemas de produção e consumo, a cultura e a valorização do indivíduo.

Além disto, busca novas direções para um novo modelo social, que não separe o ser humano do mundo e da sua natureza, que colabore para a ampliação dos conceitos estabelecidos pelas diretrizes traçadas, onde sejam impressas mudanças de imagem, e de símbolos para maior responsabilidade econômico-política e econômico-social. Entendendo que este caminho compreende o redesenhar do mundo, a aproximação das pessoas, possibilita a interação entre elas, significando maior convivência e partilhamento entre povos.

A percepção de novos ares coloca questões necessárias para reforçar as relações, no contexto em pauta, o que reforça a mudança de paradigma numa nova abertura a presença de posicionamentos, que efetivamente colaborem com o processo de reformulação econômica, política e social, o que favorece a compreensão de que é possível maior flexibilidade e pluralismo.

O entendimento desses aspectos tem profundas inclinações políticas na área econômica do país, pois não se percebe apenas como uma situação de mediação, num diálogo possível entre os seus representantes e a sociedade da economia vigente, observa-se sim, um desequilíbrio no desenvolvimento, por meio de práticas ilícitas e desnecessárias à condição humana. Segundo Furtado (1991, p. 21-22), “[...] todos percebíamos que algo de “novo” estava ocorrendo no Brasil”. E continua:

Era evidente que as motivações dos que se haviam apossado do poder nada tinham a ver com o idealismo raso e inconsistente dos “tenentes”, que haviam vacilado entre a direita e a esquerda. Estávamos agora diante de um projeto “modernizador, que partia da ideia de que tanto a distribuição equitativa da renda como a convivência democrática somente são alcançadas nas fases superiores do desenvolvimento. Assim, havia antes que conhecer as dores do parto da “acumulação primitiva”. [Os ares do mundo]. (FURTADO, 1991, p. 21- 22).

Segundo C.F. (1991), o maior desafio que a nova geração deverá encontrar é de “natureza social, e não econômica”, pois pouco se estudou no Brasil a relação entre a dinâmica das estruturas econômicas. Fala da discriminação de amplos segmentos sociais, da situação da população de origem africana, frente a fatores negativos. Transcrição do ensaio que foi suprimido pela censura, mas que até hoje é inédito e não perdeu sua atualidade. Diz ele ainda que:

No debate sobre distribuição da renda é comum ouvir o argumento de que a renda é hoje menos concentrada no Brasil que foi na Alemanha ou Suécia quando estes países se encontravam em fase de desenvolvimento que é a nossa atualmente. Por trás dessa afirmação existe a teoria de que o Brasil se encontra em certo estágio de desenvolvimento, ao qual corresponde um processo de concentração da renda. Trata-se, em realidade, de um raciocínio analógico, derivado de certo modelo explicativo do desenvolvimento de capitalismo industrial em sua primeira fase. (FURTADO, 1991, p. 183)

C.F. (1991), cita também dois pontos sobre a persistência da concentração de renda:

- (1) desigualdades regionais, ou seja, as populações mais pobres estão localizadas nas regiões mais pobres – entre 1960 e 1970, os 40 (quarenta) por cento mais pobres da população brasileira mantiveram a sua renda média estacionária, assim como toda a população rural do Nordeste;
- (2) atraso relativo da população negra brasileira, considerando que a falta de estatísticas permite não sair do terreno das suposições – difícil negar que nas distintas regiões do país a população negra se insere nos grupos sociais de mais baixa renda -, entendendo que mesmo que tenham “[...] oportunidades de ascensão nos grupos sociais, a renda decline relativamente”. Também o nível de renda determina o grau de acesso à escola, aos serviços de saúde etc. Neste raciocínio inclui-se a mulher, nos grupos de salários mais baixos. (FURTADO, 1991, p. 188) [Transcrição parcial]

A medida em que se aprofunda a análise deste estudo em processo, mais claramente percebe-se que se está em face de um conjunto de problemas sociais cuja gravidade dificilmente se poderia exagerar. Já não é possível escudar-se na ignorância, que responde pela encubação no passado de graves problemas sociais que aflige (aos brasileiros e outros povos) no presente. Promover, facilitar ou justificar, um brutal processo de concentração de renda como o que ocorre atualmente no Brasil significa assumir uma responsabilidade histórica não das menores. Esta conclusão é válida com respeito àqueles que se autodesignam “tecnocratas”, que se creem no poder graças a seus méritos intelectuais. (FURTADO,1991, p.189).

Ao final do decênio dos “anos 80”, o nível de emprego não foi maior do que o alcançado nos “anos 70”, e esta realidade impõe à população o subemprego, condição necessária à sobrevivência diária. Desta forma entende-se que, a base econômica e de formação social permanece estacionada, e a necessidade de dizer NÃO “à recessão e ao desemprego” é urgente. “Falta-nos apenas vontade para mudar o rumo de uma história endurecida por anos de autoritarismo e por uma situação de dependência externa que nos reduz a simples mercado complementar das economias desenvolvidas.” Assim, C.F. diz “Não à recessão e ao desemprego”. (1983, p. 14).

Questiona então C.F.: “Como restabelecer a confiança e a fé no futuro do País?” Analisar o papel das relações de produção na história da sociedade, não se limita a barreiras do desenvolvimento de forças de produção, e sim a “[...] reverter à situação recessiva atual e recolocar a economia em condições de operar normalmente, de utilizar a capacidade de produção já instalada [...]” - escreveu Furtado (1983, p. 15). O que pode significar a importância de uma nova organização e transformação das ideias já instaladas, com teorias e opiniões novas das instituições políticas.

Uma ação organizadora que transforme as ideias, para a solução de problemas recorrentes no desenvolvimento da economia nacional, facilitará a queda de forças produtivas já existentes, frente ao dismantelo do mercado econômico, que tanto deteriora a vida de milhares de trabalhadores informais. Para que se diga não à recessão, será necessário recuperar os instrumentos de ação político-econômica – o estado de desgoverno em que se encontra a economia -, pois a inflação é um

sintoma, efeito externo de “[...] desarticulação, desajustamento ou descontrole de uma economia.” (FURTADO, 1983, p.15)

Os fatores que interferem neste problema são a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), e como o Brasil resolverá este problema, situações inter-relacionadas, pois o Brasil só aceitou essa tutela, devido a credores externos. O ajustamento externo e não o interno é outra explicação para a política recessiva. Apoderar-se da história para explicar o momento de absoluta recessão, significa entender que os problemas que hoje interferem na economia política e na economia social são sem dúvida, recorrentes de uma época em que as ideias e ações determinaram o subdesenvolvimento da economia e do subemprego, e somente a mudança do modo de produção, é que possibilitará às instituições, com novas ferramentas, desarticular um sistema tão enraizado como o vigente, e suprimir as restrições impostas à economia.

A evolução político-institucional brasileira, a partir de 1964 assumiu a forma de esvaziamento do papel da classe política, desviando-se a confrontação das forças que conformam o poder para dentro do próprio Executivo. “[...] - unificação do poder nas mãos de um grupo autodesligado para definir as prioridades da ação do Estado – seja pela fragmentação do sistema de decisões, forma de “feudalismo”, ou senhorio, que opera sem unidade de propósito.” (FURTADO, 1983, p. 73-74) C.F., “Não à recessão e ao desemprego” (1983).

Pode-se compreender que, a sociedade como um reflexo do contexto econômico de uma época, se limitava à existência de governos que barravam o desenvolvimento de forças produtivas e contribuía para a estabilidade do regime feudal. Toda análise comporta em si uma história que possibilita sua compreensão, e é possível que a mudança do modo de produção de uma sociedade, frente às suas particularidades -, inclusive de estar ativamente em vias de mudanças -, desenvolva-se por certo período a satisfazer os assuntos imediatos impostos por um regime estabelecido, o que em verdade, a mudança do modo de produção permite explicar por que um regime sucede a outro.

É quando se mudam as ideias sociais, as opiniões e instituições políticas, por que, em dado momento, vem a refazer todo um sistema econômico, político e social. O poder político que é imposto à sociedade de produção, a economia política,

objetivam as relações de produção entre as partes – produtor/produtividade, o que imprime a personificação das relações de produção e suas relações políticas.

Segundo C.F., nos dois decênios entre 1947 e 1967, a dimensão do mercado interno multiplicou-se por quatro e, em fase subsequente, iniciou-se a abertura para o Exterior. Mais uma fase de crise na história, com incertezas, dificultando mais ainda a “tarefa de governar” - “fase de adaptação e renovação”. (FURTADO, 1983, p. 80) O tríptico processo de crise:

- Consequências de um desajuste estrutural global do sistema capitalista, decorrência da rápida integração dos mercados nacionais – resultado do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 70.
- Crise financeira internacional, fora de controle, a partir de fins dos anos 60.
- Processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo – situação de dependência que os aflige.

O objetivo desta análise está em pautar alguns erros da base da economia política. Pode-se citar a perda da autonomia de decisões em momento de crise; a análise sobre os tecnocratas internacionais – dizer que eles “[...] não podem ser piores que os nossos é uma atitude cínica [...]” (FURTADO, 1983, p. 106) – é querer ignorar a natureza do que está ocorrendo. Para C.F., todo o acordo feito, compromete o presente e o futuro. Diz ele que: “O caminho por onde passaremos no futuro estará estritamente balizado por agentes internacionais cujos poderes foram abusivamente ampliados.” (p. 106–107).

Importante citar que C.F., ao final do livro “Não à recessão e ao desemprego”, escreve que a experiência que adquiriu no trato das políticas de desenvolvimento e na observação da atuação do FMI, o autoriza a afirmar que tal instituição não tem competência necessária para orientar o Brasil na busca para sair da crise. (FURTADO, 1983, p. 107).

Em reunião sobre medidas de combate à pobreza na Comissão Parlamentar de Inquérito, do Congresso Nacional, em 1999, Celso Furtado apresentou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que retrataram na época a real dimensão da pobreza no Brasil.

Aspectos abordados por C.F., à comissão Parlamentar de Inquérito, do congresso Nacional, em 13 de dezembro de 1999, apresentou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPE), dados que apresentavam na época a dimensão dos problemas sociais no Brasil, como: fome endêmica; a questão da habitação popular; insuficiência de escolaridade. A população urbana corresponde a mais de 70%, a abertura da economia 8% do PIB, população interna atinge 20%, o investimento bruto 19% do PIB. Dados comparados com a Índia, a qual, segundo ele tem uma renda muito menor por habitante, mas uma população muito superior à do Brasil. Esse paradoxo é explicado no perfil de distribuição da renda. No Brasil 20% de mais alta renda absorvem cerca de 70% desta. C.F., “Em Busca de Um Novo Modelo” (2002, p. 13).

Essa dialética (Brasil / Índia) fornece subsídios para o aprimoramento estatístico e cultural ao longo da história, o que favorece o crescimento das relações internacionais para o aprimoramento destas.

Diante disto, Furtado (2002, p. 15) questiona: “Como retomar o equilíbrio?” O desenvolvimento é por ele mesmo contínuo, não há milagre, mas uma perspectiva de ação, nas estruturas da máquina que representa a força da economia política. Desta maneira, precisa-se estudar o caráter específico, identificando os pontos que necessitam da reorientação que uma mudança qualitativa assume. Para tanto é fundamental a presença de forças geradoras de vontade que impulsionem o desenvolvimento da economia.

O processo criativo apresenta-se de forma descontínua, com abruptas mudanças de nível e longos períodos de estagnação. É preciso o aperfeiçoamento de novas teorias para o desenvolvimento. O domínio deste arcabouço chamado capitalismo, que quase arruinou o país, prepara-se para fluir de novos fenômenos, desempenhar o seu papel de inovador na reconstrução do novo modelo e realizar o máximo de lucratividade, frente a vidas obscurecidas por dias de rara beleza, por descuido ou falta de oportunidades.

Diante de uma longa fase de “desilusão e ansiedade que futuro nos aguarda? De tanta exclusão social, de tanto desemprego, de tanto subemprego e ausência de moradia, resta agora a esperança que possibilite a presença de entidades, que tenham o olhar voltado para o além da economia criativa, para a reconstrução de um

país rico na sua diversidade cultural, na sua beleza natural, e esplêndido de fenômenos universais de infinita beleza.

Não faltará aos leitores os ensinamentos de C.F., pois estes estão nos livros e na voz daqueles que conviveram com ele. Está no mundo acadêmico, econômico e criativo, na escolha dos que acreditam em dias melhores, com o mesmo entusiasmo com que C.F., numa época de grande desenvolvimento, como hoje a de crise civilizacional, protagonizou o que para estes seguidores é o símbolo de sabedoria e continuidade.

Ao se analisar os pensamentos de Celso Furtado, percebe-se claramente sua influência e contribuição para a economia criativa. Politicamente o Brasil sempre é abalado por interferências políticas e econômicas mundiais, e a EC passou de um processo de entendimento, aplicabilidade e definições de investimentos no território brasileiro para um recuo com a saída do Governo do partido dos trabalhadores e entrada do Governo do partido do movimento democrático brasileiro.

Como estratégia política em relação à cultura e a busca de alinhamento com o desenvolvimento, conforme informado anteriormente, a Secretaria de Economia Criativa foi criada em 2011, no Brasil, e com ela o Plano da Economia Criativa 2011 - 2014.

Silva (2012, p. 118) destaca que:

A Secretaria da Economia Criativa surge então em um contexto de institucionalização de políticas públicas culturais. O Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010 pela Lei 12.343/2010, define a compreensão da cultura a partir de dimensões simbólica, cidadã, e econômica, esta última, construída a partir da compreensão da cultura como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O mesmo autor ressalta o pensamento de Celso Furtado, ao citar que, a

[...] economia criativa brasileira somente seria desenvolvida de modo consistente e adequado à realidade nacional se incorporasse na sua conceituação a compreensão da importância da diversidade cultural do país, a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e das expressões de vanguarda e, por último, a inclusão produtiva. Silva (2012, p. 118)

A criação do plano da economia criativa 2011-2014 foi o grande marco para potencializar não só o debate, mas também ampliar investimentos na pesquisa e no

desenvolvimento de ferramentas para identificação de espaços criativos. Mesmo com a criação do órgão, não foram definidos os parâmetros para entender a participação da economia criativa no Brasil. Por “duas razões fundamentais”:

[...] a inexistência de uma conta específica nos levantamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para mensurar as atividades e produtos dos setores criativos (uma Conta Satélite da Cultura); e a ausência de uma diretriz dos órgãos públicos relativa à uniformização da classificação e enquadramento das atividades econômicas e da força de trabalho criativas. De qualquer modo, os dados e informações aqui apresentados foram estimados a partir dos estudos realizados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan, 2008) e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010). A atualização dos índices e indicadores da economia criativa brasileira foi realizada a partir de parâmetros de massa salarial e de nível de ocupação extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da quantidade de empreendimentos considerados criativos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) do IBGE. Contudo, devemos destacar que os dados apresentados abaixo não representam a real dimensão e importância dos setores criativos nacionais, pois as metodologias de pesquisa adotadas pelo diversos órgãos e instituições conseguem captar apenas o que resulta das atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos e trabalhadores formais. Dado o alto grau de informalidade da economia criativa brasileira, boa parte da produção e circulação doméstica de bens e serviços criativos nacionais não é incorporada aos relatórios estatísticos. (BRASIL, 2011, p. 31)

O inter-relacionamento anteriormente mencionado, deve incorporar a dimensão da análise cognitiva, que na construção do campo teórico agrega diferentes saberes.

Diante disto, a análise da Economia Criativa, a partir da obra de Celso Furtado, incorporando as proposições da ONU, UNCTAD, SEC, entre outros, possibilita compreender que a EC pode viabilizar uma nova ordem para o desenvolvimento local e global. Uma ordem que permita uma via econômica, que oportunize através da criatividade e da inovação, o desenvolvimento – justo e inclusivo. Com esta reflexão, conclui-se o Capítulo 5 deste estudo e encaminha-se o texto para suas Considerações Finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese central desta pesquisa é a de que, conceitos estruturantes da economia criativa – criatividade, inovação e política econômica para o desenvolvimento - muito antes de fazerem parte do campo de pesquisa da economia criativa, estavam presentes na obra de Celso Furtado. Portanto, há um profundo alinhamento entre o que disse C.F. e o que dizem outros autores e as diretrizes políticas da economia criativa. Assumir esta discussão exige a busca de conceitos e a retomada da obra de Celso Furtado. Autor brasileiro que tem sido pouco reconhecido nesse campo de discussão.

A pesquisa teve como objetivo geral demonstrar a aproximação da produção de Celso Furtado com a produção acadêmica, científica e política sobre Economia Criativa, no Brasil e no mundo, verificando como essas duas produções convergem, quando se destaca os conceitos de criatividade, inovação e desenvolvimento.

Ao buscar identificar na produção local e internacional as publicações que compõem o campo das políticas da Economia Criativa, foram utilizados neste estudo os textos produzidos pela ONU e UNCTAD, em nível internacional, e da Secretaria da Economia Criativa no Brasil, além dos autores reconhecidos nesta área, nos âmbitos acadêmico e científico.

Na tentativa de identificar na produção de Celso Furtado os conceitos que convergem e se alinham com os publicados no campo estudado, após a análise das suas mais importantes obras, foram isolados os seguintes: criatividade, inovação, desenvolvimento e políticas.

Assim, foi possível revelar o panorama da produção e difusão do conhecimento sobre a Economia Criativa, a partir de dados e documentos coletados. Para isto, foi dado destaque à visão e às contribuições do conhecimento produzido por Celso Furtado, que possibilitou o inter-relacionamento da análise cognitiva e a construção do campo da EC, alcançando a difusão do conhecimento e agregando diferentes saberes.

A análise das bases em que se construiu a Economia Criativa mostrou que, a obra de Furtado, alinha-se com as proposições da ONU, UNCTAD e SEC, trazidas neste estudo. Isto permitiu entender que Celso Furtado e os teóricos da EC pensam uma nova dimensão, que por sua vez leva a uma nova ordem para o desenvolvimento local e global, mais inclusiva e justa.

As referências marxistas de C.F. se mostraram claras. Para ele a economia deve permitir traduzir o diagnóstico da realidade social e normas de ação, o que fundamenta questões, tais como: (1) o reconhecimento de que a ordem social que aí está, se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem; (2) o reconhecimento de que a realidade social é histórica; (3) o reconhecimento de que é possível identificar fatores estratégicos que atuam no processo social.

Somado a isto, a mundialização mudou a forma de pensar o processo produtivo e econômico no mundo. Costumava-se pensar em uma economia com processos extremamente tangíveis, valorizando uma economia de processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais, claros aliados ao controle de desperdícios em qualquer serviço ou atividade. A economia tradicional precisava promover ramificações para o desenvolvimento social nos diversos países, no quadro da economia global. Surgiu então a economia criativa, potencializando essa possibilidade, com um diferencial de sair da economia do tangível para a do intangível, e, tendo como bases do seu processo produtivo a criatividade e a inovação.

Neste estudo, ficou nítido que a produção acadêmica sobre a Economia Criativa se revela no seu referencial teórico. Ainda que não explicitamente, estudos e pesquisas realizadas por Celso Furtado, tendo como base a comparação dos termos, criatividade, inovação e políticas econômicas, perpassam por cultura e inclusão social. Neste sentido, esta investigação contribuiu para promover a difusão do conhecimento do legado de Celso Furtado, tanto na perspectiva nacional quanto internacional, para Economia Criativa.

Entretanto, isto se amplia quando precisa-se discutir as políticas de desenvolvimento, não aquelas estabelecidas para promover unicamente o crescimento econômico, associado à produção e concentração de renda, mas para ir

ao encontro do desenvolvimento social, que além de promover a renda, estabelece uma relação com qualidade de vida da população.

Furtado discute com profundidade a relação da cultura, políticas econômicas, criatividade, inovação e inclusão social e sua relação direta com o desenvolvimento, ou seja, verificou-se que há uma relação desses conceitos com aqueles que estruturam a economia criativa, quando analisadas as diretrizes da Secretaria da Economia Criativa, da UNCTAD e da ONU.

A exposição histórica do pensamento de C.F., mostrando uma leitura de suas reflexões, tornou acessível a compreensão conceitual, pautada na historicidade econômica daquela época. Não estão distantes as críticas por ele recebidas ao longo do tempo; contudo é importante reforçar que o seu trabalho em muito colaborou com o interesse de outros autores em modificar e reescrever o curso da economia brasileira. A inclusão da criatividade como força propulsora da economia criativa reafirma a tese de que é possível traçar um novo quadro de suas teorias, vinculando-as às ciências sociais. No caso deste estudo, a economia criativa se apoderou de seus conceitos, os quais antes pareciam muitas vezes avançados para aquele momento, mas que se mostram tão presentes no momento atual da economia mundial.

Cabe salientar que esta investigação contribui para o resgate de um autor que foi visionário e trabalhou para entender as manifestações do povo e suas necessidades, trazendo novos valores e elementos culturais que deram base para a discussão da Economia Criativa. Celso Furtado é fundamental para o entendimento das transformações do Brasil, em relação às questões econômicas, políticas e sociais, pois traz o pensamento de buscar na nossa cultura, os valores, o rumo do desenvolvimento, saindo da tendência de imitação que o Brasil promovia por não entender suas raízes. Com seus estudos, ele não ficou preso só a teoria, mas também a ação, ou seja, buscou, *in loco*, aplicar seu conhecimento para beneficiar a sociedade.

A árvore da ciência econômica tem uma raiz profunda, na qual se segura a economia criativa. Foi percebido que esse campo econômico contribui para o crescimento do produto interno bruto (PIB), embora não se explicita tal contribuição,

já que não há um controle estruturado de identificação e catalogação dos resultados produtivos neste campo.

No que diz respeito à criatividade, reconhece-se a necessidade de investimentos; contudo tais investimentos priorizam recursos tecnológicos em detrimento de outros recursos necessários à cultura. Entretanto, deve-se acreditar, tal como faz Furtado, tratar-se de um equívoco, já que a cultura é um importante alicerce que sustenta a economia criativa.

Neste sentido, Celso Furtado diz ser prioritário do reforço à cultura do povo, entendendo a criatividade como um insumo necessário à Economia, o que favorece o entendimento de que a Economia Criativa supera os limites da Economia Tradicional, no que diz respeito à valorização da produção oriunda da cultura de um povo.

Os limites das discussões sobre os campos teóricos da Economia Criativa e da obra de Celso Furtado estão longe de serem alcançados neste estudo, merecendo destaque o posicionamento de que esta pesquisa não possui um sentido conclusivo. São dois distintos campos de estudo, que apesar de se embrincarem nesta tese, não se esgotam no aprofundamento investigativo que merece cada uma das temáticas aqui abordadas. Entretanto, cabe destaque a correlação estabelecida por esta pesquisa, pois ao associar os dois conceitos, cria-se, definitivamente, a conexão necessária entre os campos, estabelecendo aqui e, de forma estruturante, uma associação entre os conteúdos pensados pelo economista, com os resgates teóricos elaborados no campo da Economia Criativa que não citam como marco ou referência teórica a obra de Celso Furtado.

Finalizando, espera-se que este trabalho possa demarcar a associação necessária e importante para os estudos sobre criatividade, inovação e política econômica, trazendo para o cerne da discussão a importância do resgate da cultura do povo como elemento que potencializa o desenvolvimento econômico de uma nação. Celso Furtado pode, e deve ser referenciado por autores que travam debate sobre a Economia Criativa. Portanto, convida-se os interessados por esta temática a constituírem este rico debate.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. S. de; FLEITH, D. de S. **Criatividade**: múltiplas perspectivas. 3.ed. Brasília, DF: Editora UNB, 2003.

ALVES, G. **O que é a mundialização do capital**. Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização. São Paulo, SP: Práxis, 1999.

AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. **Apostila de Arte – Artes Visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula. A economia criativa catarinense: uma análise do trabalho criativo em Santa Catarina. **Revista de Extensão e Iniciação Científica**, v.2, p.01-20, 2015.

BENTLEY, Tom; SELTZER, Kimberly. **The creative age – Knowledge and skills for the new economy**. Londres, Demos, 2009.

BEZERRA, F. C. et al. **A economia criativa como estratégia para o desenvolvimento sustentável**. CEURCA: Crato -CE, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações (2011-2014)**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. 2. ed. (revisada). Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+D+A+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 07 abr.2017.

BRESSER PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER PEREIRA L. C.; REGO, M. J. (Comp.), **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

BURITY, Joanildo. Cultura e desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CAVES, R. E. **Creative industries: Contracts between art and commerce**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

CRAIDE, Aline; SILVA, Floriano Barboza. **A mobilidade e a gestão intercultural nas organizações**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 105-123, jan./mar., 2012.

D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Furtado**, Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

DUISENBERG, Edna dos Santos. Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. In: **A Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável?** São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Tradução de José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

FAGUNDES, Norma Carapiá; FRÓES BURNHAM, Teresinha. **Transdisciplinaridade, Multirreferencialidade e Currículo**. São Paulo: Global, 2001. 39p.

FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. Medidas de Criatividade. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21, p. 85-91, 1992

FLORIDA, R. L. **A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Tradução: Ana Luiza Lopes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FRÓES BURNHAM, Teresinha (org.) e coletivo de autores. **Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FURTADO, C. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 14ª ed. São Paulo, Nacional, 1976.

_____. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, LIA, 1970.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **Os ares do mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. **Sete teses sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Revista do Brasil, Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, 1984

_____. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C; FURTADO, Rosa Freire D’Aguiar (org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

HARTLEY, J. Creative industries. In: HARTLEY, John. **Creative industries**. London: Blackwell, 2005. Cap. 1, p. 1-24, 40.

HAZLITT, Henry. **Economia Numa Única Lição**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOWKINS, J. **Economia Criativa** – como ganhar dinheiro com ideias criativas. M, Books do Brasil: São Paulo, 2013.

HOWKINS, John. **The Creative Economy** - How People Can Make Money From Ideas, London: Penguin Books, 2001.

_____. **The Creative Economy** – How People Make Money from Ideas. Londres: Penguin Books, 2007.

LANDRY, Charles. **The creative city**: a toolkit for urban innovators. Londres: Earthscan, 2008.

LEITÃO, Cláudia et al. (org.) I Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste (I; 2010: Fortaleza): **Anais** - I Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste / I International Conference on Creative Economy in Northeast Region of Brazil, Fortaleza, Instituto Animacult, 2012.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília. FUNAG, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001

MENDES, Cleber Morelli; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. O desenvolvimento da economia criativa no Brasil: uma perspectiva através da indústria cinematográfica brasileira. **Verso e Reverso**, 30 (75):196-207, setembro-dezembro 2016. Unisinos – doi: 10.4013/ver.2016.30.75.04

MIGUEZ, Paulo. Economia Criativa: uma discussão preliminar. In: **Teorias e Políticas da Cultura**: visões multidisciplinares. NUSSBAUMER, Gisele Marchiri (org.). Salvador: EDUFBA, 2012.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**: um tratado de economia. Instituto Ludwig von Mises São Paulo, Brasil, 2010.

O'BRIEN, Patrícia. A história da Cultura de Michel Foucault. In – HUNT, Eynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 33 -62.

OLIVEIRA, J. M. de et al. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013.

ONU, UNCTAD. **Creative Economy Report 2010**. Creative Economy: A Feasible Development Option. UN, 2010.

ONU, UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010** – Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Prodanov, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, A. C. F. **Economia da Cultura**: Ideias e Vivências. Rio de Janeiro, Publit, 2009.

_____. KAGEYAMA, P. **Cidades Criativa** – Perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções. 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, 267p. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/cultura/artigos-academicos-e-papers/economia-criativa-como-estrategia-de-desenvolvimento-uma-visao-dos-paises-em-desenvolvimento>>. Acesso em: 13 nov.2016.

RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010: Economia Criativa uma opção de desenvolvimento. Brasília: **Secretaria da Economia Criativa/Minc**; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Peason Prentice Hall, 2004.

ROHDEN, Huberto. **Educação do homem integral**, São Paulo, Martin Claret, 2010.

SABINO, Rosimeire Ferraz; SILVA, Floriano Barboza: **Administração Pública e Livre**. Revista Pesquisa em Debate, Ano 2, N 2, Ano 2005.

SANTOS-DUISENBERG, E. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. In: REIS, A.C.F. (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SERAFIM, M.C. et al. Economia Criativa ou Indústria Criativa: Delimitação de um Conceito em Construção. **VII Encontro de Economia Catarinense** – Crescimento e desindustrialização, 2013. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VII_EEC/sessoes_tematicas/%C3%81rea%2012%20Temas%20Especiais/Economia%20Criativa%20ou%20Ind%3%BAstria%20Criativa.pdf>. Acesso em: 20 jan.2018.

SILVA, Francisco Raniere Moreira da Silva. **As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa**: reflexões sobre a realidade brasileira. 2012. Revista NAU Social - V.3, N.4, p. 111-121, Maio/Out 2012

STEIN, M.I. **Stimulating creativity**. Group procedures. Nova York: Academia Press, 1974.

UNESCO. 2010. **United Nations Conference on Trade and Development**. Creative economy report: a feasible development option. New York, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf>. Acesso em: 10 mai.2016.

UNESCO I ONU Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto 485 / 2006. Disponível em: <<http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>>. Acesso em: 30 dez.2016.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Relatório Mundial sobre Economia Criativa. Brasília, 2010.

_____. United Nations Conference on Trade and Development. **Creative economy report**: a feasible development option. New York, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf>. Acesso em: 10 mai.2016.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das Neves. **Introdução à Economia**. 8ª Ed. São Paulo: Frase Editora, 2012.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** Elsa Vivant; tradução Camila Fialho. São Paulo: ed. Senac São Paulo; 2013.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

APÊNDICE A – Mapa de Referências

Este mapa de referências apresenta o levantamento feito das obras de Celso Furtado, para as análises, reflexões, de maneira dialógica, dos principais conceitos investigados nestas obras, quais sejam: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, inclusão social, criatividade, inovação, história econômica, pensamento furtadiano e economia da cultura. Este último, se articula com os primeiros, estudados e analisados por C.F. e a sua aproximação ao que se denomina hoje de Economia Criativa.

FURTADO, C. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964

_____. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Brasil, 1962.

_____. **A reconstrução do Brasil**. Praga: **Estudos Marxistas**, São Paulo, v.8, p. 9-13, 1999.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972.

_____. **Brasil, tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. Companhia das Letras, 2008.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Edição definitiva– São Paulo; Companhia das Letras, 2008.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961

_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

_____. **Formação econômica do Brasil,** 14^a ed. São Paulo, Nacional, 1976.

_____. **Formação Econômica da América Latina.** Rio de Janeiro, LIA, 1970.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Os ares do mundo.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Prefácio à nova economia política.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. **Sete teses sobre a cultura brasileira.** Rio de Janeiro, Revista do Brasil, Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, 1984

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Teoria política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 10ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.